



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0836/11	DATA: 16/06/2011
INÍCIO: 20h26min	TÉRMINO: 23h40min	DURAÇÃO: 03h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h13min	PÁGINAS: 66	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLA STEPHANINI – Presidenta do Diretório Municipal do PMDB de Campo Grande e 3ª Vice-Presidenta da Executiva Nacional do PMDB Mulher.
SEIKO MIAHIRA – Presidente da União das Câmaras de Vereadores.
CARLOS MARUN – Deputado Estadual.
LUÍS CLÁUDIO PEREIRA – Presidente do Instituto dos Advogados de Mato Grosso do Sul
MARA CASEIRO – Deputada Estadual.
CÉSAR MAKSUD – Professor de Direito da Universidade Católica Dom Bosco de Mato Grosso do Sul – UCDB.
MARA DE AZAMBUJA SALLES – Representante da Comissão da Mulher, advogado da OAB de Mato Grosso do Sul.
SUÉL FERANTI – Representante do PSTU.
JOSÉ LUIZ – Representante do PV.
LÉO MATOS – Vereador de Naviraí.
PEDRO KEMP – Deputado Estadual.
MOACIR DE ABREU – Presidente do PCdoB de Mato Grosso do Sul.
ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Participante.
RIVALDO ALVES – Vereador de Alvorada do Sul.
GIL AMARAL – Participante.
ANTÔNIO DO NASCIMENTO ROSA – Pesquisador da EMBRAPA.
ELIAS RODRIGUES SANTANA – Presidente do Bairro Novo Maranhão.
JOSÉ ROBERTO CAMARGO DE SOUZA – Representante do Instituto Casa da Cultura Afro-brasileira.
PEDRINHO FEITOSA – Jornalista.
MARIA CRISTINA FIGUEIREDO – Participante.
WASHINGTON LUIZ – Professor,
GUIMARÃES ROSA – Participante.
IVALDO LOPES – Participante.
IVONEI FERREIRA SANTANA – Vereador.
TEREZA DE JESUS LOPES PEREIRA – Participante.

SUMÁRIO: Debate sobre a reforma política.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.



A SRA. APRESENTADORA (Severina da Silva) - Senhoras e Senhores, está sendo realizada aqui, no Estado de Mato Grosso do Sul, audiência pública com o objetivo de debater, de forma democrática e suprapartidária, a proposta de reforma política.

Em todo o País, os principais temas que estão sendo debatidos são: sistemas eleitorais; financiamento eleitoral e partidário; suplência de Senador; filiação partidária e domicílio eleitoral; coligações; voto facultativo; reeleição e mandato; posse dos chefes do Poder Executivo; cláusula de desempenho; fidelidade partidária; e candidatura avulsa.

Para compor a Mesa de Abertura desta conferência, convidamos os organizadores da Conferência Estadual da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, Dra. Carla Stephanini, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Campo Grande. *(Palmas.)*

Convidamos o Exmo. Sr. Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Fábio Trad. *(Palmas.)*

Convidamos o Exmo. Sr. Deputado Federal Edinho Araújo, PMDB-SP, Vice-Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara Federal. *(Palmas.)*

Representando a Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, convidamos o Deputado Estadual Pedro Kemp. *(Palmas.)*

Convidamos os membros da Comissão: Deputado Federal Alceu Moreira, PMDB-RS *(Palmas.)*; Deputado Federal Vicente Candido, PT-SP *(Palmas.)*; Deputado Federal Danilo Forte, PMDB-CE *(Palmas.)*; Deputado Federal Bonifácio de Andrada, PSDB-MG *(Palmas.)*; Deputado Federal Delegado Protógenes, PCdoB, São Paulo. *(Palmas.)*

Representando os Vereadores do Estado de Mato Grosso do Sul, convidamos o Vereador Seiko Miyahira, Presidente da União das Câmaras de Vereadores. *(Palmas.)*

Convidamos todos a se colocarem em pé para cantarmos o Hino Nacional.
(É executado o Hino Nacional.)



A SRA. APRESENTADORA (Severina da Silva) - A Conferência Regional de Reforma Política está sendo gravada pela *TV Assembleia* de Mato Grosso do Sul e será veiculada pela *TV Câmara*.

Registramos a presença, compondo o Plenário Especial, dos Deputados Federais de Mato Grosso do Sul Antônio Carlos Biffi, Reinaldo Azambuja, Geraldo Resende e Edson Giroto. Compõem também o Plenário Especial os Deputados Estaduais Marcio Fernandes, Eduardo Rocha, Alcides Bernal e Laerte Tetila, que têm assento neste Parlamento.

Em nome da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara Federal, este Cerimonial agradece a presença dos Secretários Municipais, Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Vereadores, entidades de classe, OAB, Instituto dos Advogados, representantes da FIEMS, da FAMASUL, da FETEMS, do CREA de Mato Grosso do Sul, representantes de sindicatos, de associações, de fundações, diretores de escolas públicas e particulares e todos os presidentes dos diretórios estadual e municipais dos partidos políticos: PMDB, PSDB, PT, PSB, PV, PTdoB, PR, DEM, PPS, PSL, PP, PDT, PTB, PMN, PHS, PSC, PSDC, PRP, PRTB, PTC, PSOL, PHS e PSD.

Senhoras e senhores, anunciamos, neste momento, a palavra da advogada Carla Stephanini, que é Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Campo Grande e 3ª Vice-Presidente da Executiva Nacional do PMDB Mulher.

A SRA. CARLA STEPHANINI - Boa noite aos homens, às mulheres, aos jovens aqui presentes, aos nobres Parlamentares federais, estaduais, aos dirigentes partidários, Vereadores, Vereadoras, Prefeitos, Prefeitas, Vice-Prefeitos, Vice-Prefeitas.

Peço licença à Mesa, ao nobre Deputado e amigo Fabio Trad e aos demais conterrâneos que compõem esta Mesa, Deputado Pedro Kemp, para saudá-los, em nome dos nossos visitantes ilustres que compõem a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata da reforma política. Eu os saúdo em nome do Presidente Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo. Em seu nome, saúdo todos os demais Deputados Federais que o acompanham nesta conferência.

Como dirigente partidária, percebi que o debate sobre a reforma política estava muito congressual. Senti a necessidade de que houvesse a aproximação da



sociedade, a inclusão da sociedade neste debate. Com esse sentimento, entendi por bem encaminhar um ofício à nossa bancada federal do PMDB. O Deputado Fabio Trad, este jovem Parlamentar de primeiro mandato, prontamente atendeu à nossa solicitação e entendeu a nossa ansiedade por participarmos deste debate. Procurou então um colega, membro titular da Comissão, o Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul, que prontamente encaminhou um requerimento à Comissão, o qual foi aprovado. Em seguida, foi marcada esta data.

Fazendo este registro, quero agradecer-lhe, Deputado Alceu Moreira, porque, por meio desse requerimento, de autoria do nosso Deputado Fabio Trad, nós conseguimos travar, na noite de hoje, esta discussão sobre a reforma política.

Alguém já disse que ela é a mãe de todas as reformas. Se ela é a mãe de todas as reformas, Mato Grosso do Sul não poderia estar fora deste debate.

O Estado Democrático de Direito não se encerra nas conquistas elencadas sobretudo na nossa Constituição cidadã. A sociedade é dinâmica, e, dentro do dinamismo da sociedade, desafios constantes nos são impostos. Entre eles, a justiça social, a justiça social que tanto almejamos.

Mas eu faço a inclusão de mais uma justiça, a justiça de gênero. Vejo aqui muitas mulheres, inclusive dirigentes partidárias, como eu e a Luiza Ribeiro. E esta reforma política é muito importante para que nós possamos discutir a elevação da representatividade política das mulheres nos nossos espaços de poder. Se nós observarmos, tendo como exemplo o Poder Legislativo, veremos que em nenhuma das instâncias, municipal, estadual ou federal, nós ultrapassamos 12% da representatividade.

Portanto, esta reforma é muito importante, e não só para as mulheres, mas para que possamos reconhecer toda a sociedade, podendo exercer efetivamente o poder político. E podemos dar equilíbrio, podemos reconhecer os jovens, os negros, os índios, no sentido de que efetivamente exerçam o poder político. Eu acho que essa discussão vai nos garantir reflexões nessa direção.

Eu quero encerrar as minhas palavras inspirada pelo parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, que diz que todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido.

Sendo assim, com a palavra o povo sul-mato-grossense.



Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Severina da Silva) - Registramos a presença, neste Plenário Especial, da Deputada Estadual Mara Caseiro, do Deputado Estadual Cabo Almi e também dos representantes do PRB.

Anunciamos, neste momento, a palavra do Deputado Federal Fabio Trad, do Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO FABIO TRAD - Boa noite a todos.

Vamos fazer os agradecimentos protocolares, mas ressaltando que este é um evento que não seria possível se não fosse a contribuição de parceiros, colaboradores que atuaram decisivamente para que ele fosse, como de fato está sendo, um sucesso, com a Casa lotada.

Eu faço um agradecimento a Carla Stephanini, que foi a idealizadora do evento, a grande propulsora, que nos deu ânimo, estímulo para incluir Mato Grosso do Sul e Campo Grande no contexto do debate que realiza a Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados.

Eu faço um agradecimento especial aos meus colegas de bancada, meus amigos, meus companheiros de jornada política que aqui estão presentes, solidários com este momento muito importante para todo o Brasil. E eu os nomino: o meu querido companheiro, político de ideias, de ideais, Deputado Geraldo Resende, os Deputados Reinaldo Azambuja, Antônio Carlos Biffi, Edson Giroto. Muito obrigado pela presença, pela ajuda, pelo estímulo, meus colegas de bancada.

É importante também ressaltar, na pessoa do Deputado Pedro Kemp, que compõe a Mesa, os Deputados Estaduais aqui presentes. E o meu agradecimento, o agradecimento de todos pelo fato de o Presidente Jerson Domingos ter disponibilizado este espaço para a realização desta audiência.

Agradeço aos Vereadores presentes, e o faço na pessoa do Presidente da União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul, Seiko Miahira.

Daqui a pouco, parece-me, chega o Senador Delcídio do Amaral. Então, eu agradeço antecipadamente a presença do Senado da República nesta conferência.

Meus amigos, antes de nominar os verdadeiros personagens deste debate, que estão protagonizando as discussões na Comissão, eu quero fazer uma homenagem — e aqui não vai nenhuma licença para o nepotismo — àquele que



representa, em minha opinião, a síntese da atividade saudável da política. Embora não tenha mandato hoje, foi, é e sempre será a encarnação dos ideais da política virtuosa, o meu melhor amigo: Nelson Trad. (*Palmas.*)

O meu papel é abrir as cortinas para que os verdadeiros atores possam falar. Eu o faço saudando efusivamente, comovidamente até, pela disposição de vir a Mato Grosso do Sul participar desta audiência, os queridos colegas Deputados Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul; Vicente Candido, do PT de São Paulo; Danilo Forte, do PMDB do Ceará; Bonifácio de Andrada, do PSDB de Minas Gerais; Delegado Protógenes, do PCdoB de São Paulo; e, por fim, mas não menos importante, aquele que vai dirigir os trabalhos, o Vice-Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, que foi Prefeito de duas cidades de São Paulo, Santa Fé do Sul e São José do Rio Preto, o nosso querido amigo Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo.

Senhoras e senhores, a pergunta que mais se ouve atualmente: afinal, a reforma política sai ou não sai? Eu penso que esta é a grande oportunidade para obtermos a resposta. Vamos debater temas palpitantes: fidelidade partidária, existência de janela ou não; financiamento das campanhas eleitorais, se é o financiamento público puro, se é o financiamento público misto, se é a forma como hoje a legislação consagra; concomitância ou não de eleições para os cargos de Presidente da República a Vereador. Enfim, todos esses temas que compõem a possível reforma eleitoral estão sobre a mesa.

Os atores são os integrantes da Comissão, mas o protagonista, de fato, é o povo de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado pela presença.

Bom debate! (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Severina da Silva) - Compõe a Mesa de abertura desta conferência o Deputado Estadual licenciado Carlos Marun, Secretário de Estado de Habitação e das Cidades, que representa o Governador do Estado, Dr. André Puccinelli.

Registramos a presença, neste evento, do Dr. Aloísio Franco de Oliveira, Superintendente da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, que neste ato representa o Secretário, Dr. Wantuir Jacini; da professora e advogada Raimunda



Luzia de Brito, Coordenadora de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Governo; do Sr. Flávio Britto, Superintendente da FUNASA no Estado de Mato Grosso do Sul.

Vamos receber, para que componha a Mesa dos trabalhos, o Senador da República por Mato Grosso do Sul e engenheiro Delcídio do Amaral. *(Palmas.)*

Anunciamos, neste momento, a palavra, representando aqui todos os Vereadores que prestigiam esta conferência, do Vereador Seiko Miahira, Presidente da União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul.

O SR. SEIKO MIAHIRA - Boa noite.

Quero cumprimentar a nossa Presidenta, Dra. Carla Stephanini. Cumprimento o nosso Deputado Federal Fabio Trad e estendo os cumprimentos aos Deputados Federais Reinaldo Azambuja e Geraldo Resende. Parabenizo a bancada federal por ter feito gestões para trazer a Comissão da Reforma Política, tão importante para nós, ao Estado de Mato Grosso do Sul. Na pessoa do nosso Deputado Edinho, saúdo os demais componentes e Deputados da Mesa. Saúdo também, na pessoa do Deputado Pedro Kemp, todos os Deputados Estaduais. Minhas saudações a todos os Vereadores.

Quero dizer, Dra. Carla, que a União das Câmaras, com a diretoria reunida, viu a importância de estarmos aqui nesta noite debatendo a reforma política. Por isso, incessantemente, fizemos gestão para que os Vereadores pudessem dela participar.

Cumprimento, permitam-me os Srs. Prefeitos, na pessoa do Prefeito de Jaraguari, Valdemir Nogueira, o Carequinha, todos os Prefeitos aqui presentes.

Ao nosso querido amigo Senador Delcídio do Amaral, uma boa noite.

Quero parabenizar e, mais do que parabenizar, agradecer a esta Comissão da Reforma Política, que vem ao Estado de Mato Grosso do Sul discutir essa reforma que muito intriga os pré-candidatos à eleição municipal. Como todos sabemos, a eleição municipal não deixa de ser a cobaia de eleições que acontecem em outras esferas. E os partidos terão de se fortalecer para que possamos disputar as próximas eleições.

Não vou deixar nenhum questionamento, porque os vários questionamentos que faria aqui serão considerados por esta Comissão da Reforma Política.



Meus agradecimentos, novamente. Ser redundante em agradecimentos nunca é demais. Muito obrigado à Comissão da Reforma Política, que hoje está presente no Estado de Mato Grosso do Sul.

Que tenhamos um bom debate nesta noite!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Severina da Silva) - Registramos a presença do Vereador Léo Matos, Vice-Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Vereadores; do Dr. Luís Cláudio Alves Pereira, Presidente do Instituto dos Advogados de Mato Grosso do Sul.

Anunciamos o pronunciamento do Senador da República Delcídio do Amaral.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL - Quero cumprimentar a nossa querida Carla Stephanini, Presidenta do Diretório Municipal do PMDB de Campo Grande e 3ª Vice-Presidente da Executiva Nacional do PMDB Mulher; o nosso querido Deputado Federal Fabio Trad, do Estado de Mato Grosso do Sul; o nosso decano Deputado, o querido Nelson Trad; o Deputado Estadual licenciado Carlos Marun, Secretário de Habitação — representa aqui o Governador André Puccinelli — e, espero, eterno Deputado da Assembleia Legislativa, batendo todos os recordes de mandatos nesta Casa; o meu caro Deputado Federal Edinho Araújo, de São Paulo, Vice-Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara; o meu caro Deputado Pedro Kemp, representando a Assembleia Legislativa; os Deputados Alceu Moreira, Vicente Candido, Danilo Forte, Bonifácio de Andrada e Delegado Protógenes, que nos honram com sua presença, com essa visita ilustre; os Deputados Federais Antônio Carlos Biffi, Reinaldo Azambuja, Geraldo Resende, Edson Giroto, também aqui presentes; e o nosso Seiko Miahira, Presidente da União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul.

Eu vou ser muito rápido, porque, na verdade, vocês querem ouvir os nossos convidados, principalmente a respeito desse trabalho que a Câmara dos Deputados está desenvolvendo por intermédio da Comissão Especial que trata da reforma política.

Eu quero dizer muito rapidamente que o Senado também constituiu uma Comissão, presidida pelo Senador Francisco Dornelles. Essa Comissão apresentou uma série de propostas que começam agora a tramitar no Senado Federal.



Antes de continuar, quero registrar a presença de Eduardo Rocha, Marcio Fernandes, Alcides Bernal, Laerte Tetila, Mara Caseiro e Cabo Almi, ilustres Deputados Estaduais.

O Senado Federal está trabalhando também na reforma política. Foi criada essa Comissão, presidida pelo Senador Dornelles. É uma pequena Comissão, mas constituída por Senadores bastante experientes, portanto, absolutamente em condições de fazer essa discussão.

Nós vamos tratar disso ao longo dos trabalhos, mas, no Senado Federal, essa Comissão agiu muito rapidamente, até pelo perfil do Senador Dornelles. Mesmo havendo divergências, meu caro Deputado Alcides Bernal, o Presidente do seu partido coloca as questões em votação e consolida a posição do grupo.

Então, nós votamos muitas matérias nessa Comissão. Vou citar algumas rapidamente. Primeiro, o voto em lista. Passou no Senado, mas é uma proposta extremamente polêmica. Inclusive, é uma proposta que o PT sempre defendeu. Mas uma coisa é nós a defendermos, outra coisa é passar essa matéria no Congresso. O voto em lista, portanto, foi um dos pontos aprovados.

No caso dos Senadores, foi considerada a diminuição do número de suplentes, prazo determinado para que o Senador seja substituído pelo suplente. O outro Senador que participou do pleito assumiria esse espaço ou, eventualmente, far-se-ia uma nova eleição. Mas o que prevaleceu foi esse procedimento.

Foi analisada também a questão dos 5 anos de mandato, sem reeleição.

Nós discutimos intensamente também — este é um ponto fundamental da reforma política — o voto distrital, o voto distrital misto. Há um encaminhamento no sentido de que, com o voto distrital, o controle social aumenta, cresce.

Foram algumas das propostas que surgiram. Não vou detalhá-las aqui porque vamos discuti-las. A Câmara também avançou muito nesse sentido.

Agora, quero manifestar a minha preocupação no que diz respeito à reforma política. Nós já estamos próximos das eleições do ano que vem, as eleições municipais. São temas muito polêmicos. Não vai ser fácil prepararmos minimamente um arcabouço que seja adotado em 2012 e 2014.

Eu me esqueci de comentar a respeito do voto proporcional, que é também um tema importante e pode trazer muitas mudanças no quadro político brasileiro.



Estamos vendo o tempo passar. A Câmara está trabalhando de um lado, o Senado, do outro, e eu acho que está faltando diálogo entre as duas Casas para se tentar otimizar as propostas. Mas, evidentemente, acho as atividades extremamente válidas. A reforma política é uma das mais importantes para o País.

A reforma tributária já se consolida, gostemos ou não. Em função até dessa última decisão do STF, a reforma tributária vai se acelerar — os Governadores já estão conversando com o Governo, já estão se reunindo em Brasília —, e isso passa pela renegociação da dívida dos Estados, pela questão do ICMS na importação, da desoneração de folha, da desoneração de investimentos.

Eu acho que essas reformas virão. Algumas ocorrerão porque os fatos, os acontecimentos estão nos levando a isso. Quanto à reforma política, precisamos exercitar mais ainda essa discussão, para tentar produzir algo que seja importante para o País. O Brasil precisa de uma reforma política. Eu espero que essa reforma política ocorra, apesar de todas as dificuldades que temos enfrentado.

Quero agradecer à Carla e ao Deputado Fabio Trad, que me convidou para participar desta reunião.

Quero também saudar os Vereadores, os Prefeitos presentes, as Prefeitas — aqueles que seguram o rojão nos nossos Municípios, nas nossas cidades.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

Foi um debate, sem dúvida nenhuma, que todos nós sul-mato-grossenses esperávamos. Hoje estamos sendo contemplados com essas visitas ilustres.

Muito obrigado.

Um bom trabalho!

Boa noite. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Severina da Silva) - Registramos a presença, neste plenário, do Deputado Estadual Marcio Monteiro, do PSDB; do Sr. Ulisses Rocha, representando o Senador Moka; do Vereador Carlão, 2º Vice-Presidente, que aqui representa a Câmara Municipal de Campo Grande.

Anunciamos, neste momento, a palavra do Deputado Estadual licenciado Carlos Marun, que representa o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. CARLOS MARUN - Boa noite a todos.



Em razão até de economia processual, vou saudar os Parlamentares sul-mato-grossenses, na pessoa de Nelson Trad, ou melhor, do Deputado Fabio Trad — é que nós sentimos saudades. Ao final, vou saudar todos os políticos honrados do País, na pessoa de Nelson Trad, mas, agora, saúdo os Parlamentares, na pessoa do Deputado Fabio Trad. (*Palmas*) Saúdo os visitantes, na pessoa do meu amigo de longa data, o Deputado Alceu Moreira, ex-Secretário de Habitação do Rio Grande do Sul.

Sejam bem-vindos todos os Parlamentares que nos visitam.

Saúdo os Parlamentares Estaduais, colegas, na pessoa do Líder do meu partido, Deputado Eduardo Rocha.

Minhas saudações ao Senador Delcídio do Amaral, a Carla Stephanini, ao Vereador Seiko Miahira, na pessoa de quem saúdo os Vereadores, aos Srs. Prefeitos, aos amigos.

O Governador André Puccinelli não está em Campo Grande. Ele está cumprindo agenda fora do Estado. Em função disso, não pôde comparecer, como seria e é o seu desejo. Sendo assim, designou-me para cumprir a honrosa missão de representá-lo neste evento tão amplo e importante, que acontece nesta noite histórica em nossa Assembleia Legislativa.

Mesmo não sendo Parlamentar federal, tenho, pelo fato de ser Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação, uma convivência muito ampla no Congresso Nacional. O Congresso, como os senhores sabem, é um mini-Brasil, com todas as suas divergências e com algumas convergências. Por isso, entendo muito difícil — vou ousar dar a minha opinião —, numa única reforma, num único momento, num único ato, que se consiga efetivamente aprovar todas as alterações que exige o povo brasileiro e que são necessárias na política brasileira.

A fidelidade partidária é uma exigência do voto proporcional. Ora, se votos de diversos candidatos de um partido se somam e acabam elegendo um ou dois, é óbvio e necessário que esse eleito baseie a sua atuação nos princípios da fidelidade partidária. Isso é natural e deve, obviamente, avançar.

O voto em lista, de que se fala, não é novidade. O voto em lista existiu, no Brasil, na República Velha. Flores da Cunha, um dos maiores Parlamentares, um dos maiores caudilhos do Rio Grande do Sul, o Estado do Deputado Alceu Moreira



— eu sou sul-mato-grossense, Deputado Alceu —, sempre foi eleito pelo Ceará. Então, apresenta-se a lista como modernidade, como avanço, mas Flores da Cunha sempre foi eleito pelo Ceará. A lista em que era colocado era a do Ceará, Deputado Alceu Moreira. Nunca pisou em terras cearenses, e era Deputado pelo Ceará. Portanto, isso não representa, de pronto, um avanço.

Reeleição. Existe a inconveniência do processo de reeleição. É claro que esse processo leva a uma eleição em que as forças são desiguais. Mas, assim mesmo, a não reeleição se choca com a pequena duração dos mandatos. Os mandatos são curtos, essa é a realidade. Mandato de 4 anos para o Executivo é curto.

Periodicidade das eleições. Não há mais como conviver com eleições de 2 em 2 anos. Quando começamos a querer trabalhar, é preciso parar tudo porque entramos em período eleitoral. Tudo é suspenso, não se pode licitar obras, os repasses são prejudicados, porque entramos em período eleitoral. Se a eleição é municipal, não se pode fazer porque o Município não pode receber recursos. Se as eleições são estaduais e federais, não se pode fazer porque a União e os Estados não podem repassar recursos. E isso acontece de 2 em 2 anos. São temas sobre os quais, efetivamente, é necessário que o Brasil se posicione.

Agora mesmo estamos nos aproximando de uma eleição. Temos 3 ou 4 meses, já que o princípio da anterioridade determina que até 1 ano antes das eleições as regras podem ser mudadas. E é muito bom, Vereador Paulo Siufi, que as regras estejam efetivamente definidas. Então, talvez algumas pequenas coisas pudessem ser consideradas agora. Talvez, o fim das coligações. Se o mandato é do partido, a própria coligação proporcional está em xeque no momento da vacância. Talvez pequenas coisas pudessem ser acrescentadas neste momento — algumas são pequenas, mas, na verdade, são grandes, porque no âmbito do Brasil tudo se torna gigante —, outras, na próxima. No andar de carruagem, poderiam levar ao aperfeiçoamento deste sistema tão belo, o sistema democrático, o sistema político.

Todos nós aqui praticamente somos políticos. Felizmente, no Brasil há muitos políticos. Uma vez, um professor meu, numa aula de Direito Constitucional, disse o seguinte. *“Vou citar alguns bons livros de Direito Constitucional, para que vocês acompanhem a matéria. Este aqui é do Michel Temer. O problema é que o Michel*



Temer é político". Eu estava na sala de aula, levantei e perguntei: "O senhor prefere o quê? O senhor prefere o tempo em que cabo, sargento, coronel, general mandavam na política brasileira?" Não existe democracia sem políticos. Nós prestamos o serviço de levar adiante este que é o melhor dos regimes ou, como dizia Churchill, o pior dos regimes, com exceção de todos os que existem.

Viva a democracia! Vivam todos nós políticos! Aperfeiçoemos o sistema e lutemos pela democracia.

Muito obrigado.

Essa é a mensagem do Governador André Puccinelli. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Severina da Silva) - Registramos a presença, neste plenário, do Vereador Paulo Siufi, Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande.

Anunciamos a palavra do Deputado Federal Edinho Araújo, do PDMB de São Paulo, Vice-Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Boa noite a todos e a todas.

Quero saudar Carla Stephanini, na pessoa de quem saúdo todas as mulheres, Deputadas, Vereadoras, representantes de entidades, todas as mulheres de Mato Grosso do Sul. (*Palmas.*) Os homens representam aqui 50%, e ela, os 50% das mulheres.

Cumprimento o Deputado Fabio Trad, carinhosamente tratado como Fabinho Trad. Eu tive a honra de ser colega do seu pai, Nelson Trad, na década de 90, na Câmara Federal. Agora é uma honra para mim ser colega de Fabinho. E fui colega do Nelsinho, que é Prefeito — fui Prefeito de São José do Rio Preto de 2000 a 2008. Portanto, fui colega dessa família em três momentos e dessas duas gerações.

Para mim, é uma honra muito grande estar em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Eu fui Prefeito de Santa Fé do Sul, São Paulo, e Aparecida do Taboado fica em Mato Grosso do Sul. Portanto, estive aqui muitas vezes, quando Deputado Estadual, para tratar da ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná. Desse modo, tenho uma ligação histórica com este Estado.

Para mim, é uma honra muito grande participar desta reunião, em que está presente um Senador da República, um dos mais ilustres, o Senador Delcídio do



Amaral, que aqui fez um relato a respeito da reforma política, que também se discute com muita competência no Senado. É um prazer muito grande, Senador Delcídio, estarmos participando desta Mesa. A sua presença enriquece esta audiência pública.

Saúdo todos os nossos Deputados. Permitam-me cumprimentar o Deputado Antônio Carlos Biffi, de Mato Grosso do Sul; o Deputado Reinaldo Azambuja; o nosso querido Deputado Geraldo Resende e o Deputado Edson Giroto, meu querido xará. São Deputados aguerridos. Que bancada tem Mato Grosso do Sul! Parabéns a este Estado pela representação que tem no Senado e na Câmara Federal.

Cumprimento os meus colegas que vieram de longe. Fabinho fez o convite, ao lado dos seus colegas, com a inicial proposição da nossa querida Presidente, a Carla. Veio do Rio Grande do Sul o Deputado Alceu Moreira, que vai fazer, daqui a pouco, no segundo momento, um relato. Esta Mesa será dissolvida, e vamos participar do segundo momento, quando haverá uma palavra mais objetiva. Ressalto a minha alegria de estar aqui com o Deputado Vicente Candido, que é de São Paulo, do PT; com o Deputado Danilo Forte, que veio lá do Ceará. É uma figura pública importante do nosso partido e da política nacional. Veio até aqui também o Deputado Bonifácio de Andrada, essa figura que é uma das mais importantes da Câmara Federal e é lá das nossas Minas Gerais. (*Palmas.*) É uma honra muito grande ter entre nós aqui o Deputado Bonifácio de Andrada. Está presente também o nosso amigo, o companheiro Deputado Delegado Protógenes, que é conhecido em todo o Brasil. É Deputado por São Paulo, mas tem projeção nacional.

Saúdo todos os nossos Deputados Estaduais.

Permitam-me que eu faça uma saudação particular. Quero cumprimentar o Deputado Estadual licenciado Carlos Marun, que é o nosso Secretário de Habitação. Gostaria que mandasse um abraço para o nosso André Puccinelli, que já foi Prefeito. Fui colega de André Puccinelli no mandato de 1994 e me lembro de que estivemos juntos na Bolívia, tratando do Gasoduto Bolívia-Brasil. A ele, o nosso abraço.

O SR. CARLOS MARUN - Darei, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Estive aqui com Michel Temer, na campanha de Puccinelli para Prefeito. Acompanhei a comitiva de Michel Temer. Isso deve ter sido em 1996, se não me falha a memória, no primeiro mandato dele.



Saúdo o Deputado Pedro Kemp, que representa a Assembleia Legislativa, a quem agradeço este espaço.

Saúdo todos os nossos Vereadores aqui presentes ou representados. É um prazer muito grande.

Em seguida, vou conduzir a audiência. Neste primeiro momento, estou aqui obedecendo à Carla. A minha palavra agora seria até desnecessária. Daqui a pouco vamos implantar outro ritmo. Vou conduzir esta audiência pública.

Então, eu deixo minha saudação a todos.

Este plenário, Carla, Deputado Fabio, está muito adequado. O povo está mais em cima, e nós, mais em baixo. Em certa feita, alguém disse que as sábias decisões e as boas decisões não são tiradas do planalto, mas da planície. E aqui a planície está acima de nós representantes do povo. Como disse a Carla, todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Severina da Silva) - Senhoras e senhores, haverá neste momento a entrega de homenagem ao Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, Deputado Federal Almeida Lima, que, por motivo de agenda, não pôde estar presente neste evento, mas está aqui representado pelo Vice-Presidente, Deputado Federal Edinho Araújo.

O Deputado Federal José Almeida Lima está sendo homenageado por ter participado do Projeto Rondon no Município de Miranda, Mato Grosso do Sul, na década de 70.

Para a entrega da homenagem, convidamos o Sr. Duty Paiva, Secretário de Turismo do Município de Miranda, que vem aqui carinhosamente entregar uma peça do artesanato indígena terena e o DVD da história de Miranda e seus atrativos. *(Palmas.)*

Senhoras e senhores, de acordo com a programação, vamos iniciar a parte técnica desta conferência estadual.

Agradecemos às autoridades que fizeram parte da Mesa de abertura.

Convidamos para participar da nova Mesa e dos trabalhos os seguintes Deputados Federais membros da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados: Edinho Araújo, que vai presidir os trabalhos e já está



compondo a Mesa; Alceu Moreira, que também já compõe a Mesa; Vicente Candido, Danilo Forte, Bonifácio de Andrada e Delegado Protógenes. Também participará dos trabalhos da Mesa técnica a organizadora do evento, a Dra. Carla Stephanini.

Convidamos para participar desta Mesa a bancada federal de Mato Grosso do Sul. Já a compõe o Senador Delcídio do Amaral e o Deputado Fabio Trad. Convidamos os Deputados Federais da bancada de Mato Grosso do Sul Reinaldo Azambuja, Geraldo Resende, Edson Giroto e Antônio Carlos Biffi. (*Palmas.*)

Para fazer seu pronunciamento sobre a reforma política e para conduzir os trabalhos desta Mesa técnica, anunciamos o Deputado Federal Edinho Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado.

Mais uma vez, a minha saudação a todos.

Nós vamos, a partir de agora, dispensar cumprimentos, por questão de economia processual. Carla e o Deputado Fabio Trad disseram: "*Quarenta minutos, no máximo, para a abertura*". Durou 45 minutos.

Agora queremos, neste segundo momento, ouvi-los. Vou dizer como é que se vai dar a inscrição. Carla vai me ajudar. Poderia o cerimonial ajudar? Acho que fica mais fácil aqui. O cerimonial trará as questões para a Carla, e ela e o Deputado Fabinho... Deputado Fabio, vão me ajudar na presidência, em conjunto, está certo? Vamos fazer da seguinte forma: não será preciso escrever a pergunta; aqueles que quiserem fazer uso da palavra vão poder falar ao microfone. Quero estabelecer isso a princípio. Vamos ver se estão de acordo.

Preciso que alguém aqui da bancada, nesta reunião, faça um relato. Vou designar o Deputado Alceu Moreira, membro da Comissão, para que vá à tribuna e faça um relato, como fez o Senador. O Senador disse o que o Senado discutiu até agora. Então, agora a Câmara vai dizer o que a Comissão de Reforma Política tem tratado. A Carla e o Fábio já explicitaram quais são os itens, e todos nós sabemos, mas o Deputado Alceu vai fazer um sucinto relato e depois nós vamos ouvir duas ou três intervenções, se vocês estiverem de acordo, já passando a palavra ao Plenário. Mas, sempre que um Deputado... Aí eu vou distribuindo a palavra aos Parlamentares para que possam fazer intervenções e até responder questões que possam estar embutidas na intervenção de um dos senhores.



Então, tanto esta extensão da Mesa que está aqui, à nossa frente, quanto o Plenário, que está nos dois patamares, poderá fazer as suas inscrições, e nós vamos seguir uma ordem.

Eu vou ter que estabelecer um tempo. Por exemplo, para o Alceu eu vou dar 5 minutos, prorrogáveis por mais 2; e para o Plenário eu darei 2 minutos, para que possa explicitar. Farei isso para que todos possam se manifestar.

Esse é o princípio que o Fábio e a Carla nos determinaram: que a Comissão não saia daqui enquanto o último não fizer a sua intervenção, porque esta é uma audiência pública em que nós queremos ouvir Campo Grande e o Mato Grosso do Sul.

Tem a palavra o Deputado Alceu Moreira, para fazer um relato a respeito dos trabalhos da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Homens e mulheres, boa noite.

Saúdo a Carla Stephanini, o Fábio Trad, o Delcídio Amaral do Amaral, que representa os Vereadores aqui; o Pedro, o Kemp, que representa os Deputados Estaduais, e vou direto ao assunto.

Nós costumamos fazer uma certa confusão com a reforma política e acabamos quase sempre discutindo sistema eleitoral. A reforma política compõe-se de três temas: organização e forma de poder, exercício do poder e controle dele. Isto é reforma política.

Sistema eleitoral é parte deste processo. Se fôssemos discutir reforma política, teríamos que discutir, por exemplo, o poder imperial da Presidência da República, com 4 anos de mandato, legislando por medida provisória, indicando os membros do Supremo e governando. Teríamos que discutir! Isso é a Constituição do Estado! Teríamos que discutir a independência dos Poderes, com o Supremo tendo sido indicado pelo Presidente da República. Teríamos que discutir a Procuradoria, onde o cidadão julga alguém e vai ser indicado pelo Presidente um mês e meio depois. Teríamos que discutir a prerrogativa do Parlamento, que, na maioria das vezes, não tem independência para votar porque fica a reboque das medidas provisórias ou das emendas parlamentares. Teríamos que discutir novamente a questão da harmonia, da independência entre os Poderes.



Este é um tema muito mais amplo. Não cabe neste debate imediato. Por quê? Porque os atores com independência e capazes de propor esse debate, que é de fundo, é de mérito, precisam ser eleitos por um sistema que lhes gere a independência de todas as formas. Este Congresso, da forma como foi eleito, não dispõe dessa independência; logo, não é capaz de fazer uma discussão com essa profundidade, por sua relação com o próprio poder constituído.

Quais são os três sistemas eleitorais que estão em debate? Quero dizer, antes de qualquer coisa, que qualquer dos sistemas propostos aceita, com absoluta facilidade, críticas profundas e verdadeiras, por uma razão simples: todos eles são imperfeitos, todos eles têm problemas.

Vamos trabalhar com a lista fechada, que discutimos muito. Ela fortalece o tecido partidário. Ela obriga a que os partidos discorram sobre temas. Teremos que dizer, por exemplo, por que o PMDB tem um projeto de educação, o partido do Delcídio tem que ter outro projeto e o PSDB tem que ter outro projeto. Nós temos um projeto pedagógico diferente. Hoje, cá para nós, os partidos podem ter o velho discurso massa mole, que se agarra em qualquer superfície. Dependendo do público, tem-se um discurso apropriado para os ouvidos alheios.

Mas então vamos discutir lista fechada, vamos construir um processo de identidade dos partidos, na busca da representação da parte que se identifica com ele, tentando ser maioria para chegar ao poder.

A lista fechada seria, por si só, um ganho de qualidade nesse processo, porque mudaria completamente a forma de fazer política hoje. O cidadão eleito por lista fechada — eu queria, imediatamente, Fábio, imaginar lá, no Congresso, na Comissão — não quer saber da emenda parlamentar; ele quer discutir os temas nacionais, aquilo que é ferramenta de solução de vida para as pessoas, como a instituição se comporta para ser laboratório de formulação de política pública! Ele quer ser isto! Este é o Congresso que nós gostaríamos de ter! A lista fechada possibilita isso.

Qual é o seu defeito? A distância que ela tem do eleitorado. Como ficaria o nosso eleitor, que está acostumado com o voto uninominal, em que está acostumado a ligar para o Deputado e falar com ele? Como ele ficaria num sistema de lista fechada, onde haveria uma Câmara de lordes, que, distante da planície, não



teria que conversar com o povo porque teria que lidar com as teses nacionais importantes? Esse é o defeito da lista fechada. (*Palmas.*)

Agradeço os aplausos — pela tese; não por mim. Obrigado.

A outra questão é: o voto distrital clássico. Como ele acontece? O Mato Grosso do Sul seria dividido em distritos, e cada partido poderia indicar um só candidato no distrito.

Teríamos, então, a crítica feroz e imediata: "*Olha, vamos transformar o Congresso Nacional num inventário de 'município', cheio de Municípios grandes*". É. Os maiores pensadores da história republicana são do distrito. Ao mesmo tempo em que é verdade que ele vai querer discutir as questões locais e regionais, não existe nada que diga que as fronteiras do pensamento estão no limite geográfico por onde o cidadão transita. Ele pode pensar o País a partir do lugar em que vive. Portanto, a crítica é verdadeira até certo ponto, mas vulnerável, porque é possível ser um pensador estadista nacional a partir de um Município ou de uma região. Logo, o sistema distrital não é tão ruim assim.

Mas o que passa na Câmara? Na Câmara passa a soma entre o café amargo e o açúcar, doce. Lá não passa o que eu quero; lá não passa o que o Fábio quer; lá passa o que a média dos Parlamentares pensam. E eu imagino que o que possa passar lá seja o voto distrital misto. Por quê? Porque nós estamos produzindo um processo que, querendo ou não, não é definitivo; é de travessia. Nós estamos indo do voto uninominal, no sistema proporcional, para outro processo. Não se pode passar imediatamente do voto uninominal direto para a lista fechada porque o eleitor se perderia nos seus referenciais políticos. É preciso fazer uma travessia nesse processo. Então, nós queremos metade da Câmara Federal e metade da Assembleia Legislativa eleita em lista fechada e metade eleita por distrito.

E que distrito queremos? Queremos o distrito clássico, como é o alemão? Como faríamos isso? Ou queremos o voto majoritário na outra parte da lista? Podíamos fazer a metade por lista fechada e a metade por voto majoritário. A metade dos Deputados Federais do Mato Grosso se elegeria, da primeira à última colocação da cadeira, pelo número de votos. Poderia ser assim.

Como seria o financiamento de campanha, raiz de todos os problemas que temos hoje, ou pelo menos dos mais graves? A forma de financiamento de



campanha acaba devendo reverência a empreiteiros ou a forças sindicais. Costuma-se dizer que os defeitos da democracia sempre são dos grandes. Não! O sindicato também financia todos os seus! Tanto é que o Lula chegou à Presidência com os mesmos vícios. A origem é que é diferente: tiram dinheiro de muitos para fazer com poucos a mesma coisa que muitos fazem com o dinheiro de poucos. É igual. Logo, o financiamento de campanha está no cerne desse processo. Então, é preciso discuti-lo.

Na lista fechada cabe perfeitamente o financiamento público exclusivo de campanha. Na lista aberta isso é complicado. Mas, se na lista aberta é complicado, há alternativas? Há. Há! Podemos imediatamente tirar o financiamento de empresas. Vamos trabalhar com o financiamento de pessoa física.

Observem que, para cada porta aberta, há sempre uma possibilidade de fechamento. Sempre há, no processo, a possibilidade de reduzir. Sempre a lógica de se fazer o processo político é a lei do menor risco. Não existe infalibilidade. Não há como se fazer isso. É a lei do menor risco. Logo, quero dizer para os senhores que o financiamento de campanha será resolvido e será resolvido de tal forma que metade do Congresso Nacional lá na Comissão, Fabinho, vai estar sentado e alguém vai lhe querer fazer pressão para que seja feita tal obra, porque a empreiteira que financiou a sua campanha... E o cidadão da lista diz: *“Meu irmão, eu não tenho nada a ver com a sua obra. Eu estou discutindo a planta e a matriz de transporte para o País. A sua obra é só mais uma, e não é prioritária. Só financiou a sua campanha; a minha, não. Eu sou da lista”*.

Observem que no dia a dia do funcionamento do Congresso Nacional muda completamente e a correlação de forças. E é preciso, para pensar o sistema, fazer imediatamente o trânsito dele. Como ele seria no comportamento posterior? Como nós estaríamos? Não se pode imaginar só o processo eleitoral, imaginando sempre os defeitos do sistema atual para não acontecer nada. A transformação, a travessia nos transporta para outro sistema. E como se comportaria no Governo o sistema em funcionamento metade lista fechada e metade lista aberta? Não prevaleceria a vontade de ninguém. Teríamos um Congresso que trataria de temas nacionais.

Como seria o debate no Mato Grosso do Sul? *“Olha”* — diriam eles, já indo para o segundo tema — *“nós queremos coincidência de mandatos e de eleições”*. É



isso que queremos? Diriam os críticos: “*Se houver coincidência de eleição, os temas municipais não entrarão no debate*”. Será? Alguém vai deixar de discutir as coisas de Campo Grande só porque Brasília está discutindo as questões do Mato Grosso do Sul? Não! Há espaço para todos os debates!

Acho mais: o descolamento do compromisso da Presidência da República com os Prefeitos e Vereadores está diretamente ligado à dissociação de uma eleição e outra. Quando se faz a eleição municipal, para Vereador e Prefeito, eles fazem isso *solitos*. Nós viemos aqui fazer alguns discursos. Quando chega a hora de eleger o Presidente da República, eles são belos cabos eleitorais. Mas, na hora de fazer o pacto federativo, o dinheiro não vem. Ficam 64% para o Governo Federal, para exercitar o seu poder pelo poder de pagamento, e aqui, onde o povo mora, ficam pouco mais de 13%. Se fosse uma eleição no mesmo dia, de ponta a ponta, os candidatos à Presidência da República teriam que manter compromissos com seus Prefeitos e Vereadores, dizendo como iriam se estabelecer as políticas comuns, concorrentes. Como se financia? Não teríamos mais esse jeito de tratar Prefeitos e Vereadores como se fossem suportes de benesses, bondades generosas do imperador ou da imperadora. Logo, a eleição de ponta a ponta pode ser um ganho democrático para todos nós.

Como discutiríamos a questão dos gêneros? Ora, no Congresso Nacional, a democracia, por si só, se explicita pela similitude que tem que ter com a sociedade! Se a família não chora e não geme na Câmara; se lá só existe a massacrante maioria de homens, nós não temos a sociedade organizada. Se lá os negros não estão é porque o trem pagador não está nas mãos dos negros! Se lá o índio não está é porque o trem pagador não está nas mãos dos índios! Se as mulheres lá não estão é porque o trem pagador não está nas mãos das mulheres! E o poder político está se expressando pelo poder de pagamento.

Muda-se o sistema e pode-se alternar a lista, porque, na lista fechada, com financiamento público exclusivo, elegem-se os melhores. Pode se mudar completamente o gênero.

Há, no entanto, pessoal, uma quantidade enorme de alternativas que nós temos condição de adotar neste processo, como o fim das coligações. E eu vou concluir com isso.



Alguém vai me dizer que o fim das coligações proporcionais tem um objetivo só: excluir os pequenos partidos. Ledo engano. Absolutamente não. Os pequenos partidos com fundamentação ideológica podem se organizar em federações; podem ter estatutos específicos por lapso eleitoral; podem dizer quem apoiam. O que eles não podem é trocar de partido todo dia, ou mudar de opinião todo dia, porque eles têm que ir para as ruas buscar o compromisso com a federação para elegê-los e têm que cumprir esse compromisso exercendo o poder do discurso no exercício do Governo. Logo, não há exclusão de ninguém. O que não se pode é, numa eleição, eleger-se um cidadão fervoroso, religioso, numa coligação, e, na mesma lista, haver um ateu.

Nós votamos no religioso e elegemos o ateu, ou então votamos em alguém do DEM e elegemos alguém do PCdoB. Isso não é justo porque não é representativo. Temos de ser leais representantes, com fidelidade ao pensamento — e é preciso exercitar o pensamento.

Com tudo isso, pretendi ser um pouco mais explícito com relação ao processo. Deixo a vocês ainda a possibilidade da contribuição dos meus outros colegas. Apenas quis pautar um pouco aquilo que se pode fazer.

Confiem: a reforma política que está em debate, com os sistemas eleitorais, pode perfeitamente dar ao Brasil uma outra república, com pessoas lúcidas, independentes e capazes de pensar o País e os partidos políticos como laboratório de formulação de políticas públicas e ferramenta de solução de vida para todas as pessoas.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Há algumas inscrições. Como eu disse, vamos agora ouvir duas intervenções do Plenário e, depois, eu passarei a palavra aos nossos Deputados, tanto aqueles que vieram de longe quanto os do Estado, para que, se quiserem, possam também se manifestar a respeito de algum dos temas.

Concedo a palavra ao Presidente do Instituto dos Advogados de Mato Grosso do Sul, Luís Cláudio Pereira, que é o primeiro orador inscrito. *(Pausa.)*



Luís Cláudio, quero apenas lhe pedir que chegue mais perto, para que todos possam vê-lo. Você dispõe de 2 minutos para fazer a sua exposição, que pode ser um ponto de vista ou uma pergunta a qualquer componente da Mesa.

O SR. LUÍS CLÁUDIO PEREIRA - Exmo. Sr. Deputado Edinho Araújo, digníssimo Vice-Presidente da Comissão de Reforma Política, aqui representando o seu Presidente, em nome de V.Exa. peço licença para saudar todas as autoridades que compõem a Mesa e que estão presentes neste auditório.

Srs. Deputados, falo em nome do Instituto dos Advogados de Mato Grosso do Sul e externo os nossos agradecimentos pela belíssima iniciativa da Presidente Municipal do PMDB e colega advogada, Dra. Carla Stephanini e do Exmo. Sr. Deputado Fabio Trad, da bancada federal do Estado Mato Grosso do Sul, ao fomentarem debate de tema de alta relevância para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A reforma política é, sem dúvida, um tema premente, que exige um debate muito denso e, ao mesmo tempo, urgente. É um clamor da sociedade. A iniciativa de trazer este debate à sociedade sul-mato-grossense merece aplausos. Então, deixo aqui, apenas e tão somente, o registro do agradecimento e do reconhecimento de uma conduta que revela o alto compromisso que os Srs. Deputados, que estão presentes e deixaram seus respectivos Estados, têm com a sociedade brasileira. Esse compromisso é reconhecido pelos advogados que compõem o Instituto dos Advogados de Mato Grosso do Sul, que estão muito contentes com essa iniciativa.

Nós sabemos que um debate desta natureza e de tamanha importância não se finda nesta noite, mas se prolonga. Daqui sairão novas ideias, daqui sairão novas propostas.

Deixo aqui, portanto, o nosso registro de apoio incondicional a esta iniciativa que revela uma conduta dos Srs. Deputados que compõem esta Comissão, a de se preocupar de maneira efetiva com a sociedade brasileira.

Recebam os nossos sinceros cumprimentos em nome do Instituto dos Advogados de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, doutor.



Concedo a palavra agora à Deputada Estadual Mara Caseiro, pelo prazo regimental.

A SRA. MARA CASEIRO - Primeiramente, quero saudar o Deputado Federal Edinho Araújo e, em seu nome, todos os nossos ilustres visitantes nesta noite. Em nome do Deputado Fabio Trad e da nossa querida amiga Carla Stephanini, saúdo a Mesa e todas as pessoas que se fazem presentes.

Quero dizer à Carla e ao Fabio que, esses dias, conversando com o Junior Mochi sobre reforma política, eu lhe disse: *“Escuta, mas nós vamos ficar fora deste debate? Quer dizer, nós não vamos poder emitir as nossas opiniões, dar as nossas ideias? Só lá em Brasília? E nós aqui, nos Municípios, os Prefeitos, Vereadores, agentes políticos, lideranças de bairro, enfim?”* Depois de alguns dias, ele me disse: *“Não, já está tudo certo. Vamos ter aqui um grande debate. A Carla Stephanini e o Fabio Trad estão à frente desse evento.”*

Eu ouvi atentamente o Deputado Federal Alceu Moreira, que explanou sobre suas ideias e o que o pensa, então quero também falar um pouquinho do que eu penso.

Eu fui Prefeita assim como o senhor, Deputado Edinho, de uma cidade do interior — Eldorado, no Mato Grosso do Sul —, e acho um absurdo falarem de reforma política sem antes discutir a unificação das eleições. É um absurdo parar o Brasil de 2 em 2 anos, seja na instância municipal, seja na instância estadual, seja na instância federal. *(Palmas.)* Acho que, se alguma coisa tem de ser mudada nesta reforma, deve ser a unificação das eleições. Esse é um ponto.

Outro ponto: se vai haver a unificação, poderíamos também ter a não reeleição. Realmente poderíamos, mas eu discordo dos 5 anos. Eu fui Prefeita por 8 anos e acho que é muito tempo. É cansativo e maçante. Se é assim para um Prefeito, imagino que, para um Governador, deve ser muito mais. Eu defendo o mandato de 6 anos, pois acho que dá para todos colocarem em prática os projetos que idealizaram. São 2 anos para arrumar a casa e, pelo menos, mais 4 anos para colocar em prática todos os projetos que se pensa para o Município. É a minha opinião, assim como vocês colocaram as suas. Era apenas isso que eu gostaria de registrar.



Quero dizer o seguinte: na minha concepção e na concepção de quem ama o País, não dá para falar em reforma política sem falar em unificação das eleições.

Meu muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado.

Eu quero prestar o seguinte esclarecimento: além de esta audiência pública estar sendo gravada pela Câmara dos Deputados e exibida ao vivo pela *TV Assembleia*, também dispomos do serviço taquigráfico. Portanto, tudo aquilo que for aqui colocado será do conhecimento de toda a Comissão da Reforma Política.

Como nós estabelecemos, ora falam os senhores e as senhoras do plenário, ora falam os Srs. Deputados que compõem a Mesa. Portanto, tem a palavra agora, pelo prazo regimental, o ilustre Deputado representante de Minas Gerais Bonifácio de Andrada.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Prezado Deputado Edinho Araújo, nosso Presidente; prezada Presidenta do PMDB, Carla Stephanini; prezado Fabio Trad, que foi o nosso coordenador nesta reunião, estendo minhas homenagens ao Deputado Nelson Trad, que foi meu companheiro na Câmara dos Deputados, e dirijo a todos os meus colegas da Comissão de Reforma Política e ao ilustre Senador minhas palavras de muito apreço e muita admiração.

Como foi dito aqui pelo Deputado Alceu Moreira, a reforma política realmente deveria ser mais abrangente. Repetirei, em outras palavras, aquilo que ele disse. A reforma política deveria abranger várias questões. Temos uma Federação muito fraca, em que os Estados possuem pouquíssimo poder e pouquíssimas condições de sobrevivência, além do problema dos Municípios.

O nosso sistema de Governo, que é presidencialista, dá muita força ao Presidente da República. Nunca um Presidente da República do Brasil teve uma Constituição que lhe desse tantas atribuições e tanto poder como a que existe hoje. Outra questão são os direitos individuais, que envolvem a segurança pública. Finalmente, há os programas de ordem econômica e social. Tudo isso faz parte, digamos assim, da reforma política. Mas, por diversas razões, a o debate da reforma política, por interesse da Câmara, passou a ser voltado somente para o processo eleitoral.



Com relação ao processo eleitoral, ele se divide, na prática, em duas tendências: ou nós temos eleição proporcional ou nós temos eleição distrital. Há eleição proporcional com lista fechada e eleição proporcional com lista aberta. Acontece hoje, no Brasil, a eleição proporcional com lista aberta: nós votamos no candidato. Aliás, juridicamente, nós estamos votando no partido, embora, na prática, votemos no candidato. Na lista fechada, vota-se no partido, que escolhe, dentro dele próprio, a lista dos candidatos segundo uma classificação e a convenção vai, então, indicar os eleitos. É assim o sistema proporcional.

No sistema distrital puro, um candidato disputa por cada partido. Há somente uma cadeira em cada distrito. Há outros sistemas distritais. Por exemplo, no Império, houve um sistema distrital com três Deputados por distrito — eram os círculos eleitorais — e, na Primeira República, nós tivemos quatro cadeiras no distrital. A Coreia, há alguns anos, tinha dois Deputados por distrito.

Então, a situação é esta: ou é o proporcional ou é o distrital, sendo que ambos têm diversas fórmulas. Há, todavia, uma maneira de entrosar esses dois sistemas, como os alemães fizeram, que é o sistema misto. Nós elegemos metade dos Deputados através do sistema proporcional e a outra metade através do sistema distrital puro, com um por distrito.

A eleição de um por distrito parece-me um pouco antidemocrática porque, às vezes, por poucos votos, um Deputado é eleito por determinada circunscrição, sendo que metade dela fica sem representação. O justo será, então, o distrital com dois ou três Deputados. Aí realmente haveria uma distribuição de vontades políticas mais importante.

Mas, confesso aos senhores que a grande questão que a mim e a muitos homens públicos hoje preocupa é o financiamento das eleições. Nós sabemos que as eleições hoje, no Brasil, por causa do poder econômico e do poder financeiro, estão trazendo horas difíceis para o próprio processo democrático. O financiamento eleitoral tem de ser resolvida, portanto.

Embora eu seja do PMDB, sou favorável à tese do PT. Sou favorável ao financiamento público. Apesar de que ele não pode, na prática, se realizar de forma plena, pelo menos é um passo no sentido de se combater as pressões do poder econômico e financeiro. Esse é o grande problema.



Parece-me que o caminho, digamos, de meio termo, seria justamente este: acabar com as coligações e implantar o sistema misto, no qual poderemos ter os aspectos positivos do voto em lista fechada, que seria a metade dos Deputados, e do voto direto nos candidatos do distrito. Mas eu acho que não pode ser uma cadeira por distrito; tem de ser duas, no mínimo, senão haverá um processo antidemocrático de escolha, pois parte da representação do povo ficará, de fato, sem expressão.

Vivemos uma hora difícil. Mas eu sou daqueles que toma uma posição um pouco mais radical. Eu acho que nós devíamos lutar pela reforma da Constituição brasileira. A atual Constituição é autocrática, enfraquece terrivelmente o Poder Legislativo e fortalece, de uma maneira incrível, o Poder Executivo, sobretudo com as medidas provisórias, e também de uma maneira estranha, porque isso nunca aconteceu no Brasil, o Poder Judiciário. Hoje o Legislativo é um sanduíche: de um lado há o poder enorme e muito forte do Judiciário e, do outro, o Poder Executivo, também muito forte. O Legislativo, que está no meio, é fraquíssimo.

É essa a realidade, e não me parece um cenário democrático bom. O ideal é fazer uma reforma completa da Constituição e restabelecemos, com energia, as franquias e atribuições do Poder Legislativo, porque é nele onde está a representação do povo, do nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Carla Stephanini) - Obrigada, Deputado Bonifácio de Andrada.

Chamo o acadêmico de Direito da UCDB César Maksud para se manifestar.

O SR. CÉSAR MAKSUD - Boa noite a todos.

Quero dizer que é uma honra estar participando deste debate e sediar a audiência pública sobre reforma política aqui no nosso Estado. No meu pensamento, é assim que se faz democracia.

O meu questionamento é o seguinte: como a reforma política trata da proliferação de siglas partidárias, as quais constituem um atentado à democracia, visto que sua existência, longe de representar ideologias e tendências diferentes, servem para promiscuir gravemente o sistema eleitoral?

Muito obrigado. (*Palmas.*)



A SRA. COORDENADORA (Carla Stephanini) - Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte para responder ao acadêmico César Maksud.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Boa noite a todos e a todas.

Para mim, é uma honra muito grande estar mais uma vez no Mato Grosso do Sul. Eu acho que este é um dos Estados mais bonitos e prósperos do Brasil. (*Palmas.*) Quisesse Deus que o meu Ceará fosse igual ao Mato Grosso do Sul! Mas cada Estado tem suas qualidades. No Ceará existe a farinha e o forró, e aqui não encontramos muito isso. (*Manifestação dos convidados.*) Já comi muita farinha por aqui.

Na vida nós escolhemos os amigos, e eu escolhi o Deputado Fabio Trad para ser meu amigo pela honradez e competência legislativa na Câmara dos Deputados. Ele é um dos mais jovens Deputados da Comissão de Constituição e Justiça — a mais exigente da Casa — e já desponta como uma grande referência no Parlamento nacional pela sua competência e capacidade de entender, de raciocinar e dar conhecimento jurídico às causas já discutidas. (*Palmas.*)

Fábio, eu vim até aqui muito mais com a tarefa de homenageá-lo pelo seu talento, que o Mato do Grosso tem nos emprestado na Câmara dos Deputados. Parabenizo também meus amigos, irmãos, Deputados Federais do Mato Grosso do Sul, Geraldo Resende, meu amigo quase cearense há mais de 30 anos, o Giroto, um dínamo, que não para um minuto e o grande Senador Delcídio do Amaral, uma grande referência nacional.

Parabenizo as mulheres na pessoa da Carla Stephanini. Mais uma vez as mulheres estão à frente do nosso tempo, apesar de, no Brasil, fazer muito pouco tempo que as mulheres votam. Elas começaram a fazê-lo na década de 30. A nossa democracia ainda é muito jovem. Por isso, ela não tem a perfeição que tanto cobramos. O discurso do Dr. Ulysses Guimarães, quando entregou a Carta Constituinte de 1988, no dia 5 de outubro, tratava exatamente disso.

A grande quimera dos homens é a perfeição que não têm. Nós, como nenhum país do mundo, não temos uma democracia perfeita. Discute-se democracia desde a Grécia antiga e ninguém chegou à perfeição. O que precisamos é exatamente acomodar a exigência que a sociedade, o País, a Nação brasileira têm em toda a sua diversidade com relação à legislação eleitoral. Nós não podemos, neste



momento, apesar da necessidade e da vontade tão bem apresentada tanto pelo vibrante Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, quanto pelo nosso catedrático professor Deputado Bonifácio de Andrada, ter uma reforma de Estado. Agora o que se discute é a reforma política do ponto de vista eleitoral, que já está muito difícil de ser feita.

Nós não podemos sonhar que vamos conseguir mudar todo o quadro político brasileiro nessa reforma política ora apresentada. Precisamos avançar no debate e na mobilização. Eventos como este, tão bem dirigido pelo nosso Deputado Edinho Araújo, são muito importantes. Essa questão está sendo discutida no País inteiro, mas muito mais pela classe política. Nós não podemos também imaginar que haja uma mobilização popular com relação a todos os temas que aqui discutimos, muito pelo contrário. Eles interferem muito mais na vida dos políticos, e é por isso que estes devem ser protagonistas deste momento e deste debate.

Os questionamentos aqui levantados... O bom da democracia é que nós podemos concordar ou não com determinado assunto dentro do debate que cada ponto nos impõe a fazer. No momento atual em que vivemos, há questões que são prementes. Eu concordo plenamente com a Deputada Mara Caseiro. É inadmissível que a cada 2 anos nós tenhamos uma eleição.

Ao chegar à Câmara dos Deputados, o primeiro conselho dado a mim por um decano foi o seguinte: *“Danilo, preste atenção. Nada nesta Casa é de graça. Aqui, tudo o que se discute ou se vota tem um interesse por trás.”* A primeira coisa que eu percebi no descasamento das eleições é: quem ganha com isso? Quem ganha com isso é a banca, porque nós só temos um orçamento no País, no qual estão as despesas de custeio e as de investimento. O custeio é fixo. Todo mês o setor público é obrigado a pagar os aluguéis, os carros, os salários dos servidores, as despesas fixas. Então, do custeio a banca não participa. Ela participa exatamente dos investimentos, porque deles sai o dinheiro do superávit primário que vai pagar a taxa de juros — o Brasil paga a maior taxa de juros do mundo. Então, o que sobra do que não é investido vai exatamente para o pagamento do superávit primário. Portanto, é exatamente com isso que alguém está ganhando.

Esse debate precisa se feito, porque com o descasamento, a cada 4 anos o País para por 2 anos, aquilo foi muito bem colocado pelo nosso Secretário de



Habitação, porque não se podem fazer os repasses; as obras param; já não basta os orçamentos começarem efetivamente a serem executados só no mês de maio.

Estou em Brasília desde 2003, no Governo do Presidente Lula e agora como Deputado. Em nenhum ano vi o orçamento de investimento ser executado antes do mês de maio. Em todos os anos, as liberações se dão a partir do mês de maio.

Então, esse é um debate que precisa ser aprofundado porque essa unificação não vem. Todo mundo é favor dela. Não encontramos um Deputado que seja contra a unificação de mandato, mas isso nunca acontece. Portanto, é necessário, sim, que avancemos com relação a isso.

No que se refere à questão levantada pelo acadêmico, meus parabéns. É preciso ter muita coragem para um acadêmico se manifestar num debate como este. Eu venho do movimento estudantil, fui diretor da UNE, na gestão do Deputado Aldo Rebelo, e colega do nosso Protógenes. Com relação ao fim das coligações, penso que os partidos de aluguel têm que acabar. Acho realmente que isso é uma promiscuidade muito grande. É lógico que os partidos ideológicos têm que ter alguma forma de serem preservados para poderem, inclusive, incentivar e estimular o debate, mas os partidos de aluguel têm que acabar. O que vai fazer com que isso aconteça é exatamente o fim das coligações, porque muitas vezes estas se dão de forma espúria, utilizando meios que fazem com que não haja transparência no que diz respeito à forma como elas são feitas. Então, eu acho que esse debate, inclusive, está muito pronto.

O que nós temos de buscar? Primeiro, acho que isso começou errado, com uma Comissão na Câmara e outra no Senado. Deveria ser formada uma Comissão Especial Mista, das duas Casas. Mas como isso começou assim, nós temos de consertar. O conserto vai se dar no momento em que houver um relatório no Senado, que já está muito mais avançado porque o Senador Dornelles já está definindo os pontos que são consenso dentro daquela Casa. Nós ainda estamos na fase de confecção do relatório na Comissão da Câmara. Concluído e aprovado este relatório, em junho, temos que ver o que é consenso, os pontos convergentes do relatório da Câmara com o relatório do Senado, e esses vamos tocar para frente. Quanto aos demais, vamos ter que ver uma outra forma de fazer avançar a reforma política, porque ela não se encerra em si. A política é dinâmica, a cada eleição é



uma nova eleição, é um novo momento, é uma nova formatação, principalmente num País jovem como o nosso, o Brasil.

Por fim, apesar dos grandes esclarecimentos do Deputado Alceu Moreira, temo discordar um pouco quanto ao problema das listas, porque eu sou do Nordeste, e a política ali, ainda... Aliás, não é só no Nordeste, no Norte e daqui no Centro-Oeste também tem muito disso. Tirando principalmente as Regiões Sudeste e Sul do País, que têm um debate político muito mais forte e uma economia muito mais dinâmica, o que estimula uma disputa de poder muito mais acirrada nos Estados, no Norte, no Nordeste e em algumas regiões do Centro-Oeste ainda há uma dependência muito grande do Estado — e quando digo “do Estado”, é dos Governos. Isso torna os partidos políticos muito vulneráveis a seus caciques. Aí, podemos ser atropelados por listas eleitorais que, muitas vezes, não correspondem sequer à democracia interna dos partidos.

Outra questão que também é muito importante nesse debate é a do voto majoritário nas eleições proporcionais. Inclusive há uma proposta do Presidente do nosso partido, o Vice-Presidente da República Michel Temer, que é, em vez de fazer distritos... Porque, aí, não vamos ter áreas geopolíticas predeterminadas para determinar os seus representantes. Por que Amambai fica numa região política e não fica na outra? Com as cidades-polos, é fácil cada uma ser um distrito, Dourado ser um distrito; Campo Grande ser um distrito ou mais de um distrito. Mas as cidades pequenas? O que vai determinar as linhas de limite dessas cidades pequenas? Por que elas vão para um distrito e não para outro? Vai ficar uma discussão geopolítica interminável sobre essas áreas de distrito. Então, cada Estado poderia ser um “distritão” e o voto majoritário seria para os Deputados mais votados na eleição.

No meu Estado mesmo, houve um Deputado, o Roseno, que teve 113 mil votos, mais do que os que eu tive, e não é Deputado porque a coligação dele não conseguiu fazer um Deputado sequer. No entanto, nós tivemos Deputados do Estado do Ceará com menos de 80 mil votos eleitos para a Câmara Federal, porque as coligações assim o abrigaram.

Então, é um discussão que acho que merece ser feita porque, inclusive no entendimento popular, as pessoas não concebem como é que o cara que teve mais voto não conseguiu chegar e outro que teve menos voto... Nós já tivemos caso no



Brasil, na época do Enéas, de um Deputado ser eleito sem nem ter domicílio eleitoral. Ele morava no Rio de Janeiro, teve 360 votos em São Paulo e, na carona do Enéas, que teve mais de 1 milhão de votos, terminou se transformando num Deputado, inclusive sem nem ter domicílio eleitoral comprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, para tirar essas aberrações do projeto, acho que é necessário avançar com relação a esse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Parabéns, Deputado.

Agora, eu gostaria de pedir ao Deputado Delegado Protógenes que acompanhasse nosso queridíssimo e sempre Deputado Nelson Trad para compor a Mesa. Por favor, Deputado Delegado Protógenes, acompanhe o Deputado Nelson Trad para compor a Mesa (*palmas*), numa homenagem a quem sempre fez política com ética, com grandeza, um modelo de política. As homenagens da Comissão e da Câmara Federal! (*Palmas.*)

Estão inscritos, agora, e eu gostaria de que se posicionassem, Mara de Azambuja Salles, que é da Comissão da Mulher Advogada da OAB do Mato Grosso do Sul e vai ser a primeira a usar do microfone; o segundo inscrito é Suél Ferranti, do PSTU. Que ficasse também já colocado ali próximo do microfone; José Luiz, do PV, e o Vereador Léo Matos, de Naviraí.

Então, são os quatro inscritos. Vamos dar uma dinâmica à nossa reunião. Todos dispõem de 2 minutos. A primeira é a Dra. Mara de Azambuja, representante da Comissão da Mulher Advogada.

A SRA. MARA DE AZAMBUJA SALLES - Boa noite a todos os presentes. Saúdo todas as autoridades presentes, a Carla Stephanini, Presidente da Mesa do PMDB/Mulher, e a todos os Deputados, Senadores, políticos, colegas e representantes de todos os segmentos.

Eu venho, na condição de representante da Comissão da Mulher Advogada, deixar um registro de reivindicação, como membro desta Comissão. Que, em relação ao voto do gênero, seja aplicado o princípio da isonomia do art. 5º, inciso I, de igualdade pelas coligações e partidos, de 50%. A Lei de Cotas, que se posiciona entre 30% e 70% de representatividade para cada sexo, não cumpre essa meta.



Então, é uma reivindicação da Comissão da Mulher. Que nessa reforma política, na questão de gênero, se dê condições e elegibilidade de 50%, porque a representatividade das mulheres em cargos de chefia, em 2010, já atingiu 50%, na sociedade civil. Então, é mais do que urgente que a política também dê essa representatividade, e a reforma existe para isso. Se aqui essa reforma, como a Carla Stephanini bem colocou, é a mãe de todas as reformas, e só pode ser mãe a mulher, então, 50% a nós, mulheres.

Essa é a nossa reivindicação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado. Parabéns.

Agora, com a palavra Suél Ferranti, que é do PSTU, por 2 minutos. Peça atenção da Plenária.

O SR. SUÉL FERRANTI - Deputado Edinho e Carla, como, em dois minutos, vamos fazer um discussão dessa? Já começa por aí a discussão.

Primeiro, defendemos as eleições gerais; segundo, voto facultativo. Vai às urnas quem quer. Nós coibimos um monte de coisas que acontecem durante o processo eleitoral. Terceiro, mandato do partido.

Quero citar um exemplo nosso aqui. Exemplo do processo nacional. A Marina Silva saiu do PT, foi para o PV e acabou saindo candidata à Presidência pelo PV. Eu gostaria de saber se, talvez, ela fosse PV — queria a Marina lá —, sem o seu mandato de Senadora, que o PT não quis, por causa de um monte de processos que nós sabemos, qual é o voto que seria destinado a ela ou não, e assim por diante? Por isso, não reivindicou seu mandato de Senadora, para poder coibir esse tipo de coisa. Começa por aí.

Outra coisa: fidelidade partidária. Aí, temos exemplos aqui — foi muito bem elogiado aqui pelo Marun também. O PT com o PMDB, em nível nacional, e o nosso Governador aqui fazendo campanha para José Serra. Agora pergunto: por que o PMDB não expulsou, no caso, o Puccinelli do partido? (*Palmas.*) Justamente por isso. Aí, vem querer falar assim de voto, de legendas pequenas, de aluguel.

Então, qual é a maior legenda de aluguel hoje, a nosso ver, do PSTU? Chama-se PMDB.

Financiamento público das campanhas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Silêncio! Há orador na tribuna. Silêncio!

O SR. SUÉL FERRANTI - Financiamento público das campanhas.

Outra coisa: teríamos que ter um sistema. Em nenhum momento foi dito aqui também sobre controle da base de seus representantes. Em nenhum momento, isso foi colocado aqui. Nós defendemos isso. E foi proposta nossa, nos dois mandatos, para Prefeito de Campo Grande, que era do Zé Maria.

Outra coisa: falou-se em democracia. Se perguntássemos aqui, muitos não sabiam quantos candidatos à Presidência nós tínhamos. Já para a imprensa três, no máximo, quatro. E éramos nove, nove! Essa é a democracia que tanto a Carla disse que está emanada da Carta Magna. É o povo e, no caso, também, o poder. É esse o poder? Nem os eleitores foram, no caso, consultados se queriam ou não que fossem somente dois ou três para os debates.

É essa democracia. Essa sociedade realmente não é uma sociedade democrata. É uma sociedade de minoria em que esse capitalismo selvagem acaba com todo o mundo.

Então, sendo curto, em dois minutos, tenho com fazer isso também.

Outra coisa: não às listas, sejam elas mistas ou fracionadas, que seja isso também. E também não ao voto distrital, porque nosso trabalhador, com essa obrigatoriedade de voto, não está preparado para esse tipo de eleição este ano.

Seria mais ou menos como o exemplo que citamos aqui. Estão falando que na democracia vai quem quer. Temos Deputados Estaduais com 11 mandatos, dentro desse processo; agora, imaginem o que ocorrerá em lista fechada, ele vai para vinte, trinta ou quarenta. É isso aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Como vocês percebem, a audiência é pública, há liberdade e todos podem se expressar. Se algum tema não for abordado, o orador tem a oportunidade de apresentá-lo. Por isso é uma audiência pública. Tudo está sendo gravado e não há tabu contra qualquer tema. Todos os temas podem ser abordados e todos têm direito à inscrição. E a Comissão está aqui para ouvir.

O próximo orador é o José Luiz, do PV.

O SR. JOSÉ LUIZ - Boa noite a todos.



Quero cumprimentar o Presidente da Mesa e em especial o Deputado Fabinho Trad. Cumprimento, também, o Deputado Reinaldo Azambuja, o Senador Delcídio do Amaral e os demais Deputados Estaduais e Federais, Vereadores e Prefeitos presentes.

Ouvi bem a manifestação da Deputada Estadual Mara Caseiro e devo dizer que sou a favor da unificação da eleição, de Vereador a Presidente da República. E também sou a favor de que o mandato seja de 5 anos, porque vão diminuir as despesas do cidadão brasileiro.

E precisamos urgentemente fazer essa reforma política. Sem dúvida alguma, precisamos reformar também a Constituição, meus amigos. E isso é importante porque, quando eu iniciei na política, havia dois lados. E precisamos que o Congresso tome uma posição e defenda o cidadão brasileiro e faça essa reforma.

Quando iniciei na política havia dois lados: o direito e o esquerdo. Hoje virou uma salada, e o cidadão não sabe quem está de que lado. E há uma prostituição na criação de partidos para negociação. Isso tem que parar.

Então, eu defendo a tese de que deve haver o lado direito e o lado esquerdo, além do mandato de 5 anos para que possamos administrar nosso País, nosso Estado e nosso Município.

Meu muito obrigado, meus amigos. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Vereador Léo Matos, do PV de Naviraí.

O SR. LÉO MATOS - Boa noite a todos.

Saúdo o caro Deputado Edinho Araújo, minha amiga Carla Stephanini, o Deputado Fabio Trad e o grande Deputado Nelson Trad, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes.

Gostaria de dizer ao Deputado Bonifácio de Andrada que concordo com S.Exa., no sentido de que precisa ser feita a reforma na Constituição brasileira. Existem “n” reformas a serem feitas, na minha opinião, antes da reforma política.

Rapidamente, gostaria de fazer 3 perguntas — se alguém puder responder — : se a Mesa acha que este é o momento oportuno para se fazer uma reforma política; se a lista fechada não estará retirando a representatividade dos menos favorecidos e colocando as eleições nas mãos dos coronéis partidários — que nós



sabemos que existem —; e se vocês acreditam que irá acabar o caixa dois com o financiamento público de campanha.

Hoje as empresas financiam as campanhas. Se houver financiamento público, esse dinheiro não virá por caixa dois, por fora, sem ser declarado?

Por fim, pergunto se o voto distrital pode estar prejudicando uma região. Vamos dizer que, hoje, em Mato Grosso do Sul, temos 8 Deputados. Dentre eles serão eleitos dois da minha região, no Conesul. Mas estes serão eleitos em razão do poder aquisitivo, do dinheiro desses candidatos. Portanto, se forem eleitos os dois mais ricos, e não os dois mais atuantes, como ficará a nossa região?

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Vicente Cândido. Depois, há uma lista com outros nomes.

Depois retornaremos a palavra à Mesa e falará o Deputado Delegado Protógenes.

Com a palavra o Deputado Vicente Cândido, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Boa noite, companheiros e companheiras. Sinto-me honrado com esse convite para, mais uma vez, estar em Mato Grosso do Sul.

Estamos aqui por dois motivos: primeiro, pela nossa obrigação constitucional de promover e provocar o debate, contribuindo com ele não só no Congresso Nacional, mas pelo Brasil afora; e segundo, por uma homenagem ao nosso grande companheiro Fabio Trad e à sua família.

O Deputado Fabio Trad, desde as primeiras posições externadas na Comissão de Constituição e Justiça, no Congresso Nacional, já demonstrou a que veio, demonstrou que sabe o que quer e em muito tem contribuído com a CCJ e com o Congresso Nacional. É um jovem Deputado que dará muito o que falar, para o bem de todos nós, para o Mato Grosso do Sul e para o Brasil. *(Palmas.)*

O Danilo está defendendo a liberação do domicílio eleitoral, pois ele quer ser candidato por aqui, também. Há esse tese lá na Congresso.

Gostaria de parabenizar também a Carla, única mulher nesta Mesa, já cumprindo um pouco da exigência das cotas aqui, tal como alegado pela Mara.



Quero dizer um pouco da posição do meu partido, mas também fazer alguns comentários sobre o meu ponto de vista.

Na pessoa do nosso Presidente do PT, quero cumprimentar o Marcos Garcia e toda a militância do PT presente.

O Gilberto Gil tem uma música cuja letra não sei exatamente, mas que diz mais ou menos o seguinte: o povo nem sempre sabe o que quer, mas sempre sabe o que não quer. E o Congresso Nacional está mais ou menos nessa situação.

Sinto que há uma tendência de mudanças por lá, mas não sabemos para onde ir, porque a proposta do PT não é majoritária, nem a do PMDB e nem a do PSDB.

Então, vamos ter que construir um caminho com a ajuda, como disse o Deputado Edinho Araújo, da “planície”. Porque, às vezes, nem sempre a solução sai do Planalto, muitas vezes sai das “planícies”. Essa frase é do nosso grande e saudoso Betinho.

Neste momento do Brasil, se não fizermos essas reformas, quando há estabilidade democrática, crescimento econômico, em que a economia e as instituições políticas e sociais estão funcionando, vamos perder uma grande oportunidade.

Para o Brasil ser a terceira, quarta ou quinta potência econômica do mundo, devemos oxigenar nossa democracia. Devemos, também, fazer a reforma tributária.

Portanto, temos que trazer a classe média, o setor intelectual, a juventude, os negros e as mulheres para a política.

Não sei se é a melhor solução — e o Deputado Alceu Moreira foi muito enfático aqui ao combater a lista partidária fechada —, mas, não fosse a nossa aguerrida companheira Carla Stephanini, não haveria mulher nesta Mesa. Então, acho que esta Mesa é a maior denúncia de que deve se mudado o sistema eleitoral no Brasil. (*Palmas.*)

E não só vemos esse exemplo nesta Mesa. Eu estava conversando com o Deputado Reinaldo Azambuja e comentei que este Estado tem uma comunidade indígena grande, representativa, mas entre os 24 Deputados desta Assembleia não há índios. Também não sei quantos negros há nesta Assembleia. Há negros nesta composição? Não. No Congresso Nacional não é diferente, pois o número de



mulheres não passa de 12%. O número de negros deve ser de 5% ou 6%. Mas há 273 empresários na Câmara dos Deputados. No Senado não sei, mas talvez esse número seja de 90% naquela Casa — o Senador pode nos ajudar.

Então, com esses dados, com esse diagnóstico, estamos convencidos que temos que mudar alguma coisa.

Para nós, do PT, há dois itens básicos nessa reforma política, que é o que vai mudar a cultura, criar novos paradigmas, oxigenar a democracia, inclusive nos partidos, pois vai ajudar a acabar com o caciquismo. Um deles é a lista fechada preordenada.

O PT, em um sistema de lista fechada, não tem como, por exemplo — e acho que nenhum outro partido o fará —, apresentar à sociedade uma lista só com médicos, só com advogados, só de trabalhadores rurais ou só de empresários. É nessa lista que se vai colocar a cara da sociedade. Nela devem estar presentes mulheres, negros, jovens, índios, empresários, orientais. Não é isso? Então, essa é a grande oportunidade.

Vou pedir permissão aos meus dirigentes, companheiros do PT, para dizer que vamos ter que dialogar com a proposta do PSDB, muito bem defendida aqui pelo Deputado Bonifácio de Andrada, que é a do sistema distrital misto, onde se trabalharia com uma média — inclusive o Deputado Alceu Moreira falou sobre isso.

Talvez seja uma proposta que alcance uma maioria na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional. Certamente, não será a melhor, mas será certamente melhor do que a que temos hoje.

E fazendo isso, vamos viabilizar o financiamento público.

Em São Paulo, como dizem — não tenho como provar, mas já ouvi falar —, houve campanha de Deputado Federal que custou 40 milhões de reais. Não tenho com provar e não me peçam provas, estou usando aqui da imunidade parlamentar.

Esse sistema é distorcido, inclusive, dentro dos partidos. O poder econômico distorce até a disputa dentro dos partidos. O sistema atual provoca o debate, a disputa, muito mais dentro do próprio partido do que externamente, pois se vou a um bairro e vejo a militância do partido trabalhando para um, em tese, adversário de partido, vou querer tirar voto dele; caso contrário, se eu não tiver mais votos do que ele, eu não me elegerei.



Então, há uma distorção muito grande daquilo que é sagrado para a democracia, que é a construção partidária. Por isso a vantagem da lista fechada, pois se vai votar em uma proposta partidária, não individual ou personalizada. E a lista fechada também viabiliza o financiamento público.

Quem estava na reforma política ou quem acompanhou os debates na TV ou algumas publicações sabe quais foram os números oficiais dos custos das eleições no ano passado. Alguém se lembra dos números? Chegam próximos a 4 bilhões de reais. Se se imaginar esse número no orçamento público, não será possível.

Portanto, vamos ter que ser muito criativos para baixar o custo das campanhas, para que possamos defender que seja ele financiado pelo orçamento público, para que ele caiba no orçamento.

E aí vêm as outras coisas, tais como a unificação das eleições, que ajuda a baixar os custos, pois não se vai fazer eleições a cada 2 anos.

Mas, sobretudo, defendemos a lista fechada ou a migração para um diálogo, para construirmos uma maioria no Congresso Nacional para apoiar a proposta de um sistema distrital misto.

Um abraço e uma boa noite para todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra agora, pelo prazo regimental, o Deputado Estadual Pedro Kemp.

Em seguida, falará Moacir de Abreu, Presidente do PCdoB de Mato Grosso do Sul.

O SR. PEDRO KEMP - Não vou cumprimentar todas as autoridades, para economizar tempo.

Quero saudar os presentes e apenas dizer da satisfação de recebermos a Comissão em nosso Estado. O Vereador Léo estava perguntando se realmente é o momento de se fazer essa reforma no País. Eu acho que já passou da hora.

Eu queria dizer que a reforma política, inclusive, está atrasada. E tenho uma preocupação: será que vamos ter tempo para amadurecer todas essas propostas?

São questões complexas, muitas delas polêmicas, e precisaríamos ter uma reforma aprovada antes de outubro, para que entre em vigor para as próximas eleições, senão vamos ter problemas, a exemplo do que ocorreu com a Lei da Ficha



Limpa, que foi objeto de decisão do Judiciário sobre se valeu para a última eleição ou se valerá apenas para a próxima.

Então, temos um assunto muito complexo e muitas propostas que deveriam ser melhor debatidas com a sociedade. Essa reforma não poderia ficar restrita ao Congresso Nacional (*palmas*), até porque, em meu pensamento, uma reforma política ampla, profunda, que pudesse aperfeiçoar o sistema democrático, deveria ser feita por um Congresso exclusivo — com todo o respeito aos Srs. e Sras. Deputadas do Congresso Nacional.

E digo isso porque, muitas vezes, aqueles que vão votar uma proposta vão pensar: “Será que essa proposta vai me prejudicar na próxima eleição? Então, não sou a favor.”

Mas a reforma política deveria ser feita pensando no coletivo, na sociedade, ou seja, devemos fazer uma reforma que aperfeiçoe o sistema eleitoral, político, do Brasil, e a democracia.

Nós temos hoje uma democracia recente no Brasil, que vem se aperfeiçoando, mas temos um sistema eleitoral corrupto, que tem muitos vícios, os quais precisam ser corrigidos.

Então, acho que deveríamos — e não sei como fazer essa mágica agora — fazer a discussão com uma participação maior da sociedade e em tempo hábil para que, em outubro, a reforma se ultime, a fim de que, já no ano que vem, possa entrar em vigor.

Para concluir, queria reforçar a palavra do Deputado Bonifácio de Andrada, que inclusive é do PSDB. Eu sou do PT, mas já estamos pensando em alguma proposta em comum. E refiro-me ao financiamento público de campanha, ou seja, à importância de ser pensar nessa proposta.

Como disse o Deputado Alceu, parece-me, na introdução de sua fala, a raiz de todos os problemas é o sistema atual de financiamento de campanhas. O Deputado eleito tem o compromisso de defender aqueles que financiaram a sua campanha; o Prefeito eleito tem que fazer uma licitação para contemplar a construtora que financiou sua campanha. Isso tem que acabar no País.

Então, um financiamento público de campanha é necessário para dar igualdade de oportunidade na disputa eleitoral, para que os eleitos sejam livres para



legislar e administrar pensando no bem da sociedade, e não de grupos econômicos, e, em terceiro lugar, um financiamento de campanha que dê oportunidade para todos disputarem eleições, não só para quem tem bastante dinheiro, inclusive para comprar votos. O sistema deve permitir que a dona de casa, o índio, o negro, o trabalhador rural, o doutor, o empresário, enfim, todos tenham as mesmas condições. Aí, sim, poderemos falar que estamos em um regime verdadeiramente democrático.

Essa era uma questão que eu gostaria de reforçar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Deputado. Parabéns!

Com a palavra Moacir de Abreu, Presidente do PCdoB de Mato Grosso do Sul.

Em seguida, gostaria que ficasse a postos o Alcides dos Santos Ribeiro, que é Presidente da Federação dos Aposentados do Mato Grosso do Sul. Em seguida, falará Rivaldo Alves, Vereador de Nova Alvorada do Sul.

O SR. MOACIR DE ABREU - Obrigado.

Boa noite a todas e a todos.

Quero cumprimentar rapidamente a Carla e os Deputados presentes na pessoa do Deputado Delegado Protógenes, do PCdoB.

Somos daqueles que defendem sempre a ampliação da democracia no País.

Caso haja reforma política, e se não for possível, pelo menos a reforma eleitoral, que seja para ampliar a participação do povo no destino da nossa vida.

Se houve uma grande conquista do povo brasileiro, garantida na Constituição Cidadã, podemos dizer que foram as liberdades. Refiro-me à liberdade de organização, à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, à liberdade de organização religiosa e também à liberdade de organização partidária.

E por que incomoda quando a sociedade começa a se organizar por meio de seus partidos políticos e começa a eleger mais gente, de maneira mais plural? Ora, a sociedade brasileira é plural.

Então, vejo esse tipo de preocupação de fazer reformas nos sistemas eleitorais para restringir a participação ampla, plural, da sociedade, através de



cláusulas impeditivas, porque restringir coligação proporcional também é uma forma de barreira.

Nós distribuimos aqui um panfleto defendendo a coligação partidária. Às vezes, é um casuísmo defender possibilidade de coligação partidária para eleições majoritárias e proibição para as eleições proporcionais. Se fôssemos adotar esse regime nas eleições de 2010, só três partidos brasileiros teriam aumentado suas bancadas. Isso está explicado tecnicamente nos estudos que levantamos.

Então, reforma política sempre vai ser um objeto de debate na sociedade, e que bom que sempre o será. Porque a democracia nunca vai ser perfeita. Nós a estaremos sempre aperfeiçoando. Se é cinco, quatro ou três, é um detalhe. Agora, se há algo urgente a ser mudado na forma de eleição nacional é essa questão do poder econômico determinando quem será eleito.

O nobre Deputado que usou a tribuna fala muito bem, tem uma capacidade de síntese importante, e disse que essa questão de votarmos em um e elegermos outro é a forma que a sociedade brasileira achou de participar democraticamente da vida dos nossos Parlamentos. Então, se termos de ter mais participação, não será restringindo, será ampliando.

Está podre, de pé, está na hora de cair essa forma de sustentação privada que, na verdade, é uma hipocrisia, pois sabemos que é privado na aparência, mas na essência, não temos tanta certeza disso. É mais uma reflexão.

Além dessa questão da liberdade, da participação das coligações, é importante, na nossa maneira de pensar, pelo menos centrar ponto em duas ou três questões para ver se saem. Nós não acreditamos sequer que isso saia já para as próximas eleições, mas que saia pelo menos para um futuro de médio prazo. Lista fechada, porque valoriza, fortalece os partidos e os programas. O povo vai votar e saber em que propostas está votando, e não nas pessoas. Financiamento público, para ajudar a melhorar a fiscalização. E, quem sabe também, pelo menos essas duas grandes questões já mudariam bastante coisa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Nós estamos com 2 horas, começamos às 19 horas e 30 minutos, já são 21 horas e 30 minutos, e nós queremos encerrar com audiência, com público. Nós queremos ouvir todos.



Percebe-se que é um jogo difícil porque queremos ouvir, mas também queremos a presença de todos, queremos continuar tendo essa atenção de todos.

Então, se puderem sintetizar um pouco mais, isso vai possibilitar a oportunidade da palavra para todos os Parlamentares que estão aqui, que vieram prestigiar esta audiência pública. E nós já estamos com um número considerável.

Quero dizer que esta é uma das audiências mais concorridas que a Comissão já realizou. Está de parabéns Campo Grande, está de parabéns Mato Grosso do Sul! (*Palmas.*)

Com a palavra Alcides dos Santos Ribeiro.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO - Boa noite a todos os homens e a todas as mulheres presentes. Acho que está todo mundo incluído. Se alguém se sentiu excluído, eu não tenho culpa. Está bem?

Eu vou mudar um pouquinho a dinâmica.

Eu gostaria que essa reforma política atendesse um pouco à população brasileira no que diz respeito ao relacionamento dos políticos com a sociedade.

Quando nós votamos em determinado candidato, nós elegemos o candidato. Ele não tem direito de substabelecer o mandato dele e deixar que outros Parlamentares votem por ele só porque têm o título de Liderança do Governo ou Liderança de partido. Quando elegemos um candidato é para ele exercer o mandato. E nada de voto secreto, isso não deve existir em nenhuma Câmara, em nenhum órgão público. Porque, quando votamos, nós o fazemos para que ele nos represente e que mostre a cara para que saibamos o que ele está fazendo.

Outra coisa que nós queremos: que essa reforma política também premeie a população, porque eu acho que os políticos estão ali a representando.

A matéria que é aprovada nas Comissões, já passou em todas as Comissões, e fica dormindo na mesa da Presidência porque o Executivo ou qualquer outro não quer que seja votada.

Exemplifico a situação dos aposentados, que têm projeto de lei dentro da Câmara, aprovado no Senado e aprovado em todas as Comissões da Câmara, dormindo desde 2003. Que isso seja agilizado! (*Palmas.*) Que exista um tempo, na legislação do Congresso Nacional, no sentido de que matéria aprovada pelas



Comissões tenha 90 dias para ser votada no plenário. Se não for votada, seja considerada aprovada.

Outra coisa, falou-se em mexer na Constituição para dar mais poder para o Legislativo. Como o Legislativo quer ter poder se tem mais de 2 mil vetos não analisados, matérias aprovadas no plenário, aprovadas nas Comissões, e os vetos estão lá? O Executivo veta, e o Legislativo fica quieto, não fala nada. Depois, coloca quase 2 mil... votos simbólicos e aceita o veto. Quer dizer, para isso, não é preciso mudar a Constituição, é questão de não ser submisso, é questão de o Legislativo deixar de ser balcão de negócios. (*Palmas.*) Enquanto vocês ficam lá submissos, a sociedade está penando. Se vocês olharem quanto os aposentados deste País estão perdendo com os aumentos diferenciados dados ao salário mínimo e não concedidos aos valores do benefício da aposentadoria, verão que já são quase 70%. E nós sabemos que a Seguridade Social é superavitária. Só o Governo Lula retirou, através da DRU e transferindo o resultado, mais de 470 bilhões do Orçamento da Seguridade.

E vem se falar em reforma tributária? A reforma tributária que está posta no papel é só para acabar com o Orçamento da Seguridade Social.

Então, temos que ver o que o Legislativo está fazendo. Por que não votou os projetos dos aposentados, o nº 4.434, o nº 3.299, aprovados no Senado e em todas as Comissões? Estão na gaveta, não saem. Depois, falam: “É o Executivo que é poderoso, é rei”. É rei porque os senhores deixam. Não é preciso mexer na Constituição para isso. Temos que fazer essa reforma agora, mas precisamos reformar também a cabeça dos Deputados, a cabeça dos Senadores. Submissão é fraqueza.

Então, meu recado é mais esse: não substabelecer o mandato. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Está bem.

Com a palavra o Sr. Rivaldo Alves, Vereador de Nova Alvorada do Sul.

Gil Amaral, em seguida.

O SR. RIVALDO ALVES - Meus cumprimentos a todos.

Eu gostaria de fazer o seguinte questionamento: em relação à lista fechada, como o partido fará para escolher os eleitos? Se é o primeiro, porque aquele cidadão foi escolhido o primeiro?



Era isso. (*Palmas.*)

O SR. GIL AMARAL - Boa noite a todos. Quero cumprimentar aqui a Dra. Carla Stephanini e o Deputado Fabio Trad, de forma que se sintam todos cumprimentados.

Parabenizo esta brilhante iniciativa e este debate tão importante e engrandecedor para a nossa democracia.

Quero fazer coro ao pronunciamento do nosso Deputado licenciado Carlos Marun no sentido da eleição una, que vejo com bons olhos, e a questão do voto facultativo, que seria uma das propostas que encaminho a esta Comissão.

E algo de fundamental importância, Deputado Marun, Deputada Mara Caseiro, que também acompanhou essa linha de raciocínio, seria a obrigatoriedade de aquele candidato terminar o mandato que disputar, ou seja, aquele que concorrer a cargo de Vereador terminá-lo. Isso porque, caso continue do jeito que está e não haja eleição una, muitas vezes a pessoa fica 2 anos como candidato a Vereador utilizando esse período como trampolim para se tornar Deputado ou outro cargo. Então, ele se utiliza do processo municipal para alavancar e postular outros cargos na esfera estadual.

Essa é a minha proposta.

Muito obrigado, e parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Delegado Protógenes, depois concederei a palavra ao Dr. Lacerda, ao Antônio Nascimento Rosa, ao Elias Rodrigues Santana e ao Deputado licenciado Carlos Eduardo Xavier, além de mais alguns inscritos.

Estamos encerrando as inscrições. Aquele que ainda desejar fazer inscrição levante uma das mãos, para que encerremos. Um, dois, três, quatro. Por favor, o protocolo, aqui na frente. Estamos encerrando as inscrições. O Plenário está de acordo? (*Palmas.*)

Encerradas as inscrições, com a palavra o Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Boa noite a todas e a todos. Obrigado ao povo de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, pela honrosa presença, à classe política, aos Prefeitos e Vereadores, aos Deputados Estaduais, a quem agradeço também a honra de compartilhar no Congresso Nacional, na



Câmara dos Deputados, da convivência e da sabedoria desse jovem Deputado Fabio Trad, que muito nos honra no debate diário de temas polêmicos e que sempre tem a voz da paciência e da sabedoria para levar esses temas a bom êxito de aprovação na Câmara dos Deputados, na nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vejo que nossa Comissão de Reforma Política tem tido responsabilidade muito grande em compartilhar com a população esse debate público. Notadamente nós, Deputados, como o nosso Presidente Edinho e outros Deputados que compõem esta Comissão, temos tido a preocupação de caminhar em várias cidades e Estados brasileiros a fim de compartilhar as nossas posições e trazer todas as propostas legítimas, advindas das populações.

A Deputada Mara falou sobre a unificação do calendário eletrônico. Uma das primeiras propostas que levei como Deputado do PCdoB — cumprimento neste momento nosso Presidente Moacir de Abreu — foi a unificação desse calendário eleitoral. O custo é muito alto, mas ainda é necessário promover esse debate nacionalmente com a população, porque não é fácil amadurecer esse tema dentro do Congresso Nacional, mas comungo da mesma opinião.

Quanto à questão das cotas das mulheres, temos o que o Deputado Vicente Candido falou da composição da Mesa, que retrata a realidade da política brasileira, realidade essa que se traduz no que nós queremos. Somos uma democracia muito jovem, ainda estamos reafirmando o melhor caminho para as saídas políticas, para os temas mais polêmicos e, muitas vezes, para os conflitos políticos gerados. Não somos donos da verdade, até porque as organizações partidárias ainda são muito frágeis, muito frágeis a nos permitir voos mais altos. Mas nem por isso podemos nos furtar ou nos abster de debater ou de propor ou de querer uma mudança para avançarmos.

Penso que o avanço maior que vamos dar seja no sentido de que o prazo de validade dessa reforma não seja para a atual legislatura, talvez nem para a próxima, mas um prazo maior, até haver melhor amadurecimento e até sermos mais legítimos para aprovar essa reforma, pois, se aprovarmos determinados temas polêmicos, como lista fechada, financiamento público exclusivo ou misto, pensarão que estamos legislando em causa própria, o que me deixa, particularmente, num desconforto



muito grande de querer aprovar um item desses ou alguma proposta no sentido de ser validado para esta legislatura.

Acredito que ficaremos mais à vontade, mais legitimados, se levarmos à frente essa reforma a vigorar para a próxima legislatura, não para a atual. Nem penso para as eleições municipais de agora, mas, sim, para uma legislatura futura. Primeiro, porque temos que reafirmar que as organizações partidárias organicamente funcionam para uma só pessoa, um líder ou um dono de partido ou uma única pessoa dentro da organização partidária, ou elas funcionam para um grupo pequeno dentro da organização partidária ou mesmo fora da organização partidária. Isso está escrito até em documento do próprio Partido dos Trabalhadores, o que é compartilhado por todos nós. Essa é a dificuldade.

Por exemplo, temos de ter partidos organicamente fortes. Para isso, é necessário defendermos o pluripartidarismo. Um jovem estudante eleito levantou o seguinte: “Olha, acredito que esses partidos...” Eu tinha uma visão bem pequena, bem estreita, em relação a isso e, hoje, dentro do Congresso Nacional, cada vez mais reafirmo que temos de ampliar o número de partidos, a participação maior dos Parlamentares, porque, quanto maior o número de partidos e o de Parlamentares participando ativamente da vida política, menor o controle central de um poder, de um sistema, que suga o dinheiro público, corrói os valores políticos e alimenta a corrupção na política brasileira. (*Palmas.*)

Finalizando, para dentro da nossa reunião de reforma política, trouxemos várias personalidades e técnicos, e me chamou a atenção o estudo e o debate de que participaram o Ministro Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral — TSE, e o nosso mais jovem Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli. Ambos comungaram desse posicionamento, principalmente quando se falou do sistema de lista fechada, ao que convergimos.

Apesar de nosso partido, o PCdoB, compartilhar com o Partido dos Trabalhadores e com outros partidos do sistema de lista fechada, temos de ter um olhar para a realidade brasileira. Se aprovarmos esse sistema de lista fechada aos olhos apenas estreitos desses poucos Parlamentares que estão no mandato hoje ou desses poucos dirigentes que controlam as organizações partidárias, o povo vai repudiar o voto em lista fechada, porque o povo prefere o voto uninominal. Ninguém



vota em partido. A realidade brasileira é essa. Estamos muito jovens ainda para reafirmar isso. Talvez essa lista fechada venha a prevalecer daqui a 10, 20 anos, e devamos jogar esse modelo mais à frente ou até mesmo admitirmos a forma plebiscitária de consultar a população a respeito do voto em lista fechada e do processo nominal.

Isso é até uma proposta compartilhada dentro do PDT, pelo Deputado Miro Teixeira e pela Deputada Luiza Erundina. Isso foi dito também pelo Ministro Dias Toffoli e pelo Ministro Lewandowski, homens que estão vivendo a realidade do processo eleitoral brasileiro, juntamente com o povo brasileiro.

Então, quero dizer que o povo brasileiro é extremamente politizado, e dizer o contrário é desrespeitá-lo. Um exemplo é o referendo do desarmamento, em que a maioria votou contra o desarmamento, mesmo quem não possuía arma, pois ninguém quer deixar de ter o direito de um dia possuir arma. Isso é real.

Com relação ao mandato popular, há até proposta de mandato popular. Digo que a proposta do mandato popular é pacífica só em casos muito graves; mas está na própria Constituição da República esse tipo de mecanismo, através da cassação do mandato. O parágrafo 10º do art. 14 da Constituição da República já dispõe sobre esse sistema.

Com relação a outros temas que foram tratados, digo que nessa reforma política nós já saímos do zero, haja vista que o Senado Federal já consolidou uma proposta. Está aqui o Senador Delcídio do Amaral, que fez uma demonstração e apresentou um resumo do trabalho daquela Casa legislativa. E nós, na Câmara dos Deputados, também estamos tentando dinamizar ao máximo a forma como temos conduzido esse trabalho ao trazermos aqui, na Assembleia Legislativa, juntamente com a população, a classe política, Deputados, a população em geral, a fim de sairmos daqui com o mínimo de uma solução para esse modelo atual.

O fim das coligações é interessante? É válido para a democracia brasileira? Pensamos que não. É como permitir o fim do casamento. Se eu quero coligar, se eu quero me aliar e se houver uma proibição — arrisco dizer isto para as senhoras e senhores nesta noite —, essa proibição vai ser violada porque é um dispositivo que vai nascer morto. É impossível proibir uma aliança política com qualquer



organização partidária ou com qualquer proposta política. Nós fazemos alianças políticas.

E vejam o perigo: muitas vezes, como agora, estamos sob o domínio de se levar uma proposta para dentro do Congresso Nacional que esteja fora da realidade brasileira e seja antidemocrática, como é o caso de uma medida provisória que aprovamos, a MP 527, que trata de obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, pela qual se quer sigilo quanto ao valor das contratações. Não dá! Isso é inaceitável aos olhos da população. É aceitável aos olhos da classe política, do controle administrativo, mas, aos olhos da população e aos olhos da Constituição da República, isso já nasce uma proposta inconstitucional, e isto é ruim.

O pluripartidarismo nos permite discordar e colocar uma proposta para aperfeiçoar o sistema.

Era só isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Delegado Protógenes.

Nós temos 10 inscritos, e ainda queremos assegurar a palavra aos Deputados Reinaldo Azambuja, Geraldo Resende, Edson Giroto e Antônio Carlos Biffi. Queremos assegurar a palavra a esses Deputados componentes.

Mas há uma preocupação. Queremos que haja audiência sobre aquilo que estamos falando e que todos possam participar.

Tem a palavra agora o advogado Dr. Lacerda. Em seguida, vamos ouvir o Secretário e Deputado licenciado, Carlos Eduardo Xavier.

O SR. LACERDA - Cumprimento todos os presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer um agradecimento em nome de Mato Grosso do Sul pelo fato de isto estar ocorrendo aqui hoje. Ao fazer este agradecimento, não há como não agradecer à nossa Presidente Carla Stephanini e a esse combativo, eloquente e aguerrido Deputado Federal, Fabio Trad, que está proporcionando isso.

O que vou dizer pode soar, a princípio, como um protesto. Não o é. É apenas o registro de uma injustiça.

Concordo com a Presidente Carla quando diz que essa reforma, a reforma política, é a mãe de todas as reformas. Como é que nós, do Mato Grosso do Sul,



poderíamos passar ao largo do debate sobre ela? Jamais! Mas digo que é o registro de uma injustiça porque, nesta Comissão, sobre uma reforma tão importante para o País, composta por 40 Deputados Federais, não há nenhum Deputado do nosso Estado. Nenhum Deputado Federal nosso faz parte desta Comissão sobre reforma tão importante.

Fica aqui o meu registro acerca dessa injustiça. Não sei qual é o motivo, mas o fato é que só Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará e Amapá não têm membros na Comissão. Fica o registro da injustiça.

Quero dizer mais o seguinte: preocupo-me, sim, como todo brasileiro deve se preocupar, com a questão da reforma. Somos um país republicano, e o que mais importa de tudo é que somos uma democracia. Além de república, somos uma democracia. O que me conforta é saber que o poder é exercido por nós, o povo, diretamente ou através de representantes eleitos. Porém, entristece-me saber que grande parte das boas e grandes reformas são feitas através do povo. Elas nascem do povo. Dificilmente são construídas e edificadas nos gabinetes. Mas sinto que tanto o Senado quanto a Câmara Federal estão com vontade, gosto e interesse e, por isso mesmo, estão buscando o povo para referendar esse movimento que está vindo de lá das ruas. Isso é importante, e fica aqui o registro.

A minha reforma me parece que não será desta vez discutida. Ela não depende de projeto de lei nem de emenda constitucional. Ela precisaria, obviamente, de um Congresso constituinte para tanto. Depois de 1988, cinco anos após aquele plebiscito em que se discutiu entre parlamentarismo e presidencialismo, esse debate passou ao largo, não foi seriamente debatido. A nossa é uma Constituição elaborada por lideranças parlamentaristas. Hoje somos um presidencialismo, e um presidencialismo que, portanto, depende de maioria. Por isso temos os “mensalões”, os “mensalinhos”, etc. Antigamente, na ditadura, governava-se através de decretos leis, e hoje governa-se através de medidas provisórias.

Penso que talvez fosse este o momento de se discutir com mais profundidade, voltar atrás se fosse preciso, se fosse o caso. Sei que isso dificilmente aconteceria. O que eu gostaria de verdade é que se criasse um novo Congresso constituinte para se debater aquilo que entendo ser o mais importante, que é o



parlamentarismo ou o presidencialismo, mas que se desse efetivamente oportunidade para haver um debate nacional.

Quanto à reforma, entendo que não devem passar despercebidas três coisas: eleição uma vez só para todos, desde Vereadores até Presidente da República; financiamento público de campanha, para acabar com as coligações partidárias; e o voto distrital misto, voto em lista. Pelo menos esses três temas deveriam aparecer nessa reforma, e penso que talvez haja dificuldade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Parabéns!

Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. CARLOS MARUN - No início fiz uma saudação. Agora vou dar minha opinião.

Carla, por razões de economia, saúdo todos os presentes na sua competente e bela liderança nesta reunião.

Bem falou o Deputado Alceu: todos os sistemas têm suas dificuldades. O voto em lista, coloca o ilustre Deputado do PT, diminuiria ou significaria o fim do "caciquismo". E eu pergunto: será que a lista materializaria o fim do caciquismo, ou, ao contrário, ela consolidaria o caciquismo de lideranças partidárias? Tenho uma grande dúvida com relação a isso, e penso até em tender para o segundo ponto. Penso que a lista pode, ao contrário, fazer com que efetivamente esse caciquismo aflore e tenha ainda mais força.

Voto distrital. Eu tenho aquela visão do Churchill, que ganhou a guerra, salvou a humanidade e perdeu a eleição, não se elegeu deputado do distrito. Enquanto ele defendia a humanidade, deveria ter passado o tempo cumprimentando um por um no seu distrito.

É uma dificuldade muito grande essa situação.

Lista aberta. Há as distorções, que nós conhecemos, e os problemas, que são evidentes, já que ela é o que temos no presente. Baseado nisso, eu vou fazer algumas considerações.

Primeiro, eu penso que o fim da coligação partidária deveria prevalecer já nestas eleições municipais, na eleição proporcional. Sei que tem gente que vai reclamar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Para concluir, Deputado.



O SR. CARLOS MARUN - Primeiro, porque partido não precisa ter Parlamentar para existir. Isso não significa o fim do partido. O partido que vá construir uma situação sem Parlamentares até ter votos para tê-los, e para tê-los por si só, não baseado num casamento, como disse o Deputado Protógenes. Pode continuar casando, mas será que é bom o casamento em que o casal só se casa na frente do padre e, depois, já sai cada um para a sua casa, sem nenhum ter mais nada a ver com o outro? Será que esse é o casamento ideal? Eu não acho que esse seja, e é o que acontece na coligação partidária; na verdade, arranjos montados para se ganhar eleição.

Outra coisa, como fica a questão do mandato do partido eleito numa coligação partidária? Vamos deixar o Supremo continuar definindo isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Para concluir.

O SR. CARLOS MARUN - Um Supremo que hoje é midiático?! Se não fosse essa questão da anterioridade... Até na Lei da Ficha Limpa. Qualquer estagiário de Direito, qualquer segundo-anista de Direito sabe o que é o princípio da anterioridade. Sete, mais da metade dos Ministros do Supremo, não sabiam disso. Vejam o que é um Supremo midiático legislando — e teve que vir mais um — em cima de um vácuo, diante da dificuldade que existe de legislar. Por isso é preciso buscar um consenso.

Mandato de 5 anos; unificação das eleições em 2020. Nós teríamos duas eleições municipais, seguindo a normalidade, e em 2014 teríamos que eleger Parlamentares, Governadores e Presidente da República para um mandato de 6 anos, ou para 4 anos, depois mais um tampão de 2 anos. Talvez 6 anos fosse uma solução, com a unificação em 2020, e talvez fidelidade partidária com uma janela, para que seja mais palatável aos Parlamentares, a todos nós, para votarmos a favor. Porque não adianta querer a fidelidade absoluta, e ela não passar.

Por fim, talvez, essa proposta do Alceu, referendada pelo ilustre representante do PSDB e também pelo representante do PT, ou um misto com lista; não o distrito, mas o Distritão, do Michel Temer, na diferença, o Distritão proposto pelo Michel. Porque só para se decidirem os distritos no Brasil serão necessários 30 anos de discussão. O Amambai entra em que distrito?



Essa é uma proposta que eu faço — e para começar a valer muita coisa já para esta eleição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Parabéns! Muito obrigado.

Alguém perguntou, antes de o Deputado Protógenes falar, sobre a composição da lista fechada. Quem perguntou sobre a composição da lista está aqui? Como é que se compõe a lista fechada? Pela democracia partidária. Ela vai depender dos partidos. Aí vem a pergunta: vão estar os caciques, os antigos, que têm 10 mandatos? Esta é uma questão da democracia partidária. É assim que funciona a democracia, o exercício da democracia, da democracia de cada partido, com a fiscalização de seus filiados. Esta é a resposta.

Com a palavra Antônio do Nascimento Rosa, pesquisador da EMBRAPA.

Nós temos ainda dez inscritos, e já são 22 horas. Eu consultaria a Plenária. Vamos dar 1 minuto para cada um? Quem estiver de acordo levante a mão. (*Pausa.*)

Não é minha a decisão. A minha posição aqui é muito desagradável. Eu e a Carla estamos aqui policiando. Nós gostaríamos de ficar aqui a noite toda, e isto se tivéssemos o auditório completo. Nós agora temos 50% do público, e queremos que todos falem. Será 1 minuto, então.

O SR. ANTÔNIO DO NASCIMENTO ROSA - Boa noite a todos. Muito obrigado, Deputado Edinho, por esta oportunidade.

No início deste ano, indo para a EMBRAPA de manhã cedinho, eu ligo o rádio do carro e tenho o prazer de ouvir nosso Deputado Fabio Trad, dando uma entrevista e ensinando ao povo o que é, que princípio é, do que se está falando. Eu sei que a reforma política é uma coisa complexa demais, mas eu pensei: não posso deixar passar esta oportunidade. Quando cheguei à EMBRAPA, mandei logo um *e-mail* para o Deputado, mas também mandei outro para o Presidente do PMDB do Mato Grosso do Sul. E tive a grata satisfação de saber que está lá na Carta do Mato Grosso do Sul, pela convenção do Estado, uma proposta muito singela, que é a seguinte: o mandato do Legislativo também tem de ter uma duração. Por que só o do Executivo? Essa proposta visa, Deputado, oxigenar mais o exercício do poder do povo. Nós temos casos, em vários Estados, por este Brasil afora, de Deputados que ficam Deputados a vida inteira, inibindo a participação de muitos jovens, de muitas novas lideranças. Eu gostaria de saber se essa proposta de fato está sendo



debatida e que espaço ela tem para ser aprovada. Porque, sem dúvida nenhuma, Deputado Trad, isso enriqueceria demais a nossa democracia.

Foi falado aqui sobre o caciquismo. O caciquismo não existe só no Executivo; ele existe também no Legislativo. Este é um ponto.

Outro. Eu gostaria de saber também — e creio que a população brasileira toda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Para concluir.

O SR. ANTÔNIO DO NASCIMENTO ROSA - ... ficou de certa forma frustrada com a Lei da Ficha Limpa — como é que ela está sendo tratada no bojo dessas reformas todas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado.

Elias Rodrigues Santana, Presidente do Bairro Novo Maranhão, tem a palavra por 1 minuto.

O SR. ELIAS RODRIGUES SANTANA - Boa noite, senhores.

Como já fizeram todos, eu também gostaria de cumprimentar as lideranças que vemos aqui. Elas é que colocam os senhores na posição que estão.

Quando eu fiquei sabendo da unificação das eleições, prontamente, como presidente de bairro e conselheiro, saí pelo meu bairro conversando com as pessoas, com as pessoas mais humildes. Nós é que temos contato direto com elas. Uma senhora virou-se para mim e disse: *“Mas eu não dou conta nem de votar nos cinco! Às vezes, eu tenho que sair pela rua, porque eu esqueço o número, para pegar o número e votar naquela pessoa. E agora vai aumentar mais?”*

Eu gostaria que os senhores pensassem também nessas pessoas, porque elas têm essa dificuldade. Eu ouvi também ali: *“Tem que ser, porque toda vez que tem eleição tem recurso.”* Essas pessoas estão pensando no recurso, está certo. Os Prefeitos, etc. Mas não estão pensando na população. E não venham dizer para mim que a eleição vai ser bem instruída. Eu vi pela televisão que lá na Câmara fizeram uma eleição que os Deputados nem entenderam, e já declararam que estava aprovado. Os Deputados nem levantaram a mão. Nem eles sabiam o que estava acontecendo. Se tem pegadinha até dentro da Câmara, imaginem no meio do povo!



E outra coisa. Eu tive que sair do meu País e ir morar fora para buscar alimentos para a minha família. Eu gostaria que, com esta reforma, minha filha não precisasse sair do meu País para ir buscar comida para os filhos dela, abandonar a família para ir buscar fora o sustento da família. Eu quero que nesta reforma estejam pessoas que amem a nossa Bandeira, que amem esta Pátria! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem, Elias!

Vejam, política não é matemática — dois mais dois igual a quatro. Política são posições, defensáveis, como esta sua, que é contra a coincidência de eleições, como aquela dos que defendem que, se houver um debate de Prefeito a Presidente da República, haverá uma maior sintonia e uma maior condição administrativa. São posições. É isso o que se debate. Você encontra aqui, sobre a lista fechada, argumentos favoráveis — ela fortalece o partido, fortalece as ideias, consolida uma visão de grupo. Mas também há aqueles que pensam diferente. Portanto, você manifestou a sua posição, e é isso que a audiência pública busca.

José Roberto Camargo de Souza, do Instituto Casa da Cultura Afro-brasileira, tem a palavra pelo prazo regimental. Você, que se comportou tão bem aí na frente, agora vai se comportar também ao microfone — está bom?

O SR. JOSÉ ROBERTO CAMARGO DE SOUZA - OK. A todos e todas da Mesa, o meu axé, que não é música baiana, mas significa uma filosofia africana e urbana, que é a força da dinâmica das transformações — transformações que a gente quer ver. A gente que eu digo é o povo negro deste Brasil, que não é representado, é invisível. E o exemplo está aqui.

Fazendo uma brincadeira, nobre Deputado Candido, o senhor não passa no teste do ventilador. Para saber quem é negro ou não, basta passar na frente do ventilador. Se o cabelo voa, é branco; se o cabelo fica firme, é negão! (*Risos.*) E nós queremos, além do senhor, mais pessoas nos representando.

Nesta reforma política, Deputado Edinho, como nós vamos tratar das cotas ou das políticas afirmativas para as populações negras, para as populações indígenas e até para as mulheres? Porque não há efetividade nessa cota para as mulheres. Nós queremos efetividade nas cotas dos negros, dos índios e das mulheres.



Deputado Edinho, como nós podemos fazer isso nesta reforma política? Inclusive tratando da lista fechada ou lista aberta ou lista mista. Como podemos fazer?

Axé a todos e a todas! (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Um aparte do Deputado Protógenes ao Zezão, o José Roberto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Ao companheiro Zezão, quero dizer que esta Mesa não só tem o Vicente Candido, como eu também. Sou filho de preto com branco! (*Palmas.*) A minha mãe era negra; sou baiano, descendente de escravo. Tanto é que os meus familiares por parte de mãe eu não identifico, porque ela nasceu na senzala. E meu pai era branco, português, de olhos azuis, cabelo loiro.

Essa questão das cotas é muito interessante. Não é questão de cota. Falar em cota parece uma coisa meio preconceituosa. Costumo dizer que a participação é de todos os segmentos do povo brasileiro: do índio, do negro, do branco, do mameluco, do cafuzo e por aí, e da mulher, principalmente. Reafirmo que isso é importante.

Temos uma dificuldade. Quando se procura formar uma chapa de Vereadores com a participação da mulher na política da cidade, encontramos uma grande dificuldade de atrair as mulheres para a participação política, e por uma razão histórica de opressão, de discriminação. Mas nós temos, por dever, no Congresso Nacional, de ampliar essa participação não só das mulheres, mas também dos negros e dos índios. Porque o povo brasileiro é isso. Nós somos aqui um pouquinho do mundo. Por isso é que nós não temos conflito ético ou religioso aqui. Então, nós somos um pouquinho do italiano, do alemão, do africano, do índio, do chinês, do japonês, e vai por aí afora. Temos até uma cidade de imigrantes do Leste Europeu, de ucranianos: Prudentópolis, no interior do Paraná. Por aí se vê como é tamanha a diversidade étnica e cultural que o Brasil tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Está bem. Muito obrigado.

Com a palavra o Pedrinho Feitosa, que é jornalista.



O SR. PEDRINHO FEITOSA - Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Federal Fábio Trad e também parabenizar a nossa Presidente do PMDB, Carla Stephanini, pela audiência, por esta conferência tão importante sobre reforma política.

Gostaria de fazer uma pergunta; quem sabe, ela possa ajudar. Por que não encaminhar essa reforma política com um plebiscito? Talvez seja complicado fazer todos os itens para que a população possa opinar e decidir a melhor forma de fazer essa reforma. Mas esta é uma sugestão que deixamos, para que a frente parlamentar que está trabalhando pela reforma política possa pensar. Dessa maneira, talvez o povo possa opinar e dar uma contribuição extremamente importante, que seria um plebiscito para encaminharmos isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Está bem. O Deputado Candido vai responder depois.

Agora está com a palavra a Maria Cristina Figueiredo.

A SRA. MARIA CRISTINA FIGUEIREDO - Boa noite a todos nós, brasileiros.

Quero dar parabéns por esta iniciativa. Quisera Deus que isto hoje estivesse acontecendo num campo de futebol, para que todos os brasileiros, principalmente os do Mato Grosso do Sul, pudessem exercer a cidadania e participar desta discussão.

Quando eu cheguei, só tinha vaga lá em cima, onde não havia microfone para participarmos. Quando descemos, já tinha lista. Infelizmente, esta é uma demonstração de falta de democracia. Desculpem-me a crítica, mas, como dona de casa e brasileira — não tenho tanta experiência quanto vocês —, na minha casa eu já faria diferente: falaria menos a Mesa; eu deixaria o povo falar mais, porque ele tem o voto na mão. (*Palmas.*) Porque é uma procuração em branco que nós assinamos para os senhores no dia da eleição. Nessa época, temos todo momento do mundo. E agora, que nós que temos de resolver isso, não somos tão ouvidos.

Discordo do senhor, Deputado, sobre o povo não ter que participar; só os políticos. Ledo engano o do senhor. Porque é com o nosso salário, com os nossos impostos que são pagos todos os salários dos senhores.



Então, hoje, o que me entristece é ver, em época de eleição, candidatos que nos prometem tantas coisa e que, depois que sobem na tribuna, mudam praticamente de personalidade. E o povo fica aqui, para trás.

Falar que não é fechado... Já fechado há muito tempo! Chega você num partido de cúpula do País para querer ser candidato. A não se que o senhor tenha ganhado na loteria esportiva e tenha de 300 a 400 mil reais na mão. Vamos parar de hipocrisia!

O povo precisa desta reforma. A reforma política nunca vai ser tardia. E sabem por quê? Nós não temos a esperança de que ela saia tão rápido como são votados certos salários, porque existem muitas dificuldades para os aposentados, existem muitas dificuldades para que leis sejam colocadas em ação.

O povo brasileiro está muito bem informado. A mídia hoje nos informa. Nós também não podemos ter menosprezada a nossa inteligência. Nós viajamos, senhores. Nós vamos a outros países. Nós sabemos ver política e economia lá fora. Não somos burros! Então, abram essa Mesa para o povo!

Os senhores são os nossos representantes. Você vai falar para mim: *Mas, Cristina, nós somos os representantes do povo.* Mas infelizmente, meus senhores, quando nós assinamos essas procurações, acontecem certos desgastes de credibilidade. Estão aí os escândalos, que não param. Estão aí os interesses. Discordo do Sr. Marun, Secretário — não sei se ainda está aqui —, quando diz "*viva nós, os políticos!*". Ledo engano, meu senhor. Viva nós, o povo brasileiro! Viva nós, os eleitores, que ainda confiamos em político honesto! (*Palmas.*)

Gosto muito do senhor e dos seus irmãos. É lógico que tenho as minhas críticas à família Trad, mas eu acho que é uma família que realmente abraçou a política. (*Palmas.*)

Mas discordo da senhora, que disse que 8 anos é cansativo. A senhora já imaginou que, quando pegarmos um filho para criar, já que o filho foi uma opção, com 6 anos a gente se cansa dele e abre mão porque se cansou — e se cansou por quê?

E agora outra coisa que ouvi também, que é triste para nós, brasileiros, é que os senhores são cobrados por donos de empresas que investiram dinheiro na campanha. Está aí. Não é preciso ser economista; qualquer dona de casa, qualquer



assalariado sabe que o grande problema da política está no financeiro. Temos que deixar o caráter aflorar, os homens de boa índole irem em frente, e isso não está escrito no diploma de ninguém. Lógico, não vamos ser tão inocentes de ver um Tiririca, como todo o meu respeito... Mas ele está lá porque o povo quis. Agora, sabem onde é que temos de começar a maior reforma? É no seio da sociedade, dando oportunidade para que a gente possa falar. Depois que vocês se sentam nos seus gabinetes, duvido que recebam qualquer um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Para concluir, Cristina.

A SRA. MARIA CRISTINA FIGUEIREDO - Agradeço ao senhor imensamente. Estou feliz por vocês, que vieram de fora para ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - A senhora já está falando há 5 minutos.

A SRA. MARIA CRISTINA FIGUEIREDO - Eu sei. Os senhores falaram durante 30, e nós estamos numa democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - A senhora está falando há 5 minutos.

A SRA. MARIA CRISTINA FIGUEIREDO - Muito obrigada por tudo, por ter me convidado. Eu não estou aqui porque impus, mas porque fui convidada, e os senhores, como bons anfitriões, tinham que ter a educação de dar aos convidados o mesmo tempo em que vocês se autoelogiaram.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Olha, quero dizer que nenhuma cadeira da Câmara dos Deputados ou do Senado tem preço. Quem coloca Deputado Federal, Deputado Estadual, Vereador e Senador nas Casas é o povo brasileiro. O resultado das eleições é consequência da vontade do povo brasileiro.

Tem a palavra o Professor Washington Luiz, que se intitula com o maior título: cidadão. S.Sa. tem a palavra pelo prazo regimental. Depois falará o escritor e poeta Guimarães Rocha.

O SR. WASHINGTON LUIZ - Boa noite. Eu me intitulei cidadão porque não represento ninguém; então vou falar por mim mesmo. E espero que eu consiga ter um pouco de síntese.



Primeiro, quero dizer o seguinte. Que a gente fica demonizando o sistema eleitoral, a democracia no Brasil, o que acho errado. A democracia no Brasil, com todos os defeitos que tem, eu a vejo como uma mulher. Por mais defeito que tenha, é bonita — não tem jeito! Com todos os defeitos que a democracia brasileira tem... Hoje vejo o Partido dos Trabalhadores, que vi nascer há 21 anos, quando não era nada, e que hoje tem a maior bancada no Congresso, tem a Presidência do Brasil. Vejo hoje Deputados que não são oriundos só das classes dominantes. Há os da classe operária, inclusive o ex-presidente.

Então, antes de demonizar, é importante reconhecermos que houve progresso no Brasil.

Eu me lembro de ter assistido a uma entrevista do Deputado Nelson Trad — você vai me corrigir se eu estiver errado — em que ele dizia que quando nasceu um dos filhos dele (acho que foi o Nelsinho Trad, na época da Redentora), ele estava preso. Então, tenho certeza de que ninguém que tenha falado aqui das suas insatisfações vai sair daqui e ser preso. Nós vivemos uma democracia, sim! O que queremos agora é aperfeiçoá-la, e quero colaborar como cidadão. E, com esse desejo de colaborar, eu quero deixar uma reflexão com relação a essas reformas.

Sobre a questão da lista: até agora não consegui encontrar algo que me convencesse de que a lista fechada realmente seja eficiente. Os senhores que estão debatendo, que estão fazendo a reforma, que estão com essa missão, pensem o seguinte: o que queremos é aperfeiçoar, é criar um sistema em que a nossa população, que é, na maioria, de baixo nível de escolaridade, possa entender as regras do jogo. Porque a grande dificuldade de se entender as regras é saber o que é coeficiente eleitoral, essas coisas.

Então, acho que esse é o grande desafio de vocês. Não concordo com a lista fechada, porque para mim o poder econômico vai continuar persistindo, já que dentro do partido, na hora em que se for formar uma lista, o poder econômico vai contar. Se você compra voto numa eleição geral, imaginem dentro de um partido, com seus militantes. Sou contra isso.

Concordo com a Deputada Mara com relação às eleições unificadas, o voto distrital. Sou a favor do voto distrital. Acho que ele ajuda a diminuir o custo da campanha.



Desculpem-me se me alonguei.

Por fim, gostaria que os senhores pensassem com carinho sobre o financiamento público, apesar de todas as falhas. Se vai ter caixa 2, se isso vai continuar ou não, não sei. Mas, pelo menos, vai-se dar oportunidade para aqueles que têm retórica, uma certa liderança, a fim de que possam fazer uma campanha, por simples que seja, a fim de que possam pelo menos colocar gasolina no seu carro para ir ao eleitor e pedir o voto.

É isso que penso. Muito obrigado. Desculpem-me, e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Mais de 40 pessoas já usaram da palavra aqui nesta noite. Esta é uma audiência pública digna de elogio, histórica para a Comissão e para o Brasil. (*Palmas.*) Todos falaram com total liberdade. Acho que é isso que acabou de dizer o professor. Houve momento em que se brigava pela democracia, que é como o ar que respiramos: a gente só dar conta do seu valor quando ele nos falta. Hoje a democracia é uma coisa que tem no Brasil. Temos de ter orgulho da rapidez como se vota neste País continental. Depois de duas horas, o TSE publica o resultado das eleições com urnas eletrônicas.

A outra questão é a democracia. Agora precisamos aperfeiçoá-la. E é isto o que se busca, os instrumentos, os mecanismos. É por isso que a Câmara dos Deputados está aqui ouvindo, de forma humilde, colocando-se no mesmo nível de todos os senhores. Nenhum Deputado é maior que ninguém; todos nós temos a noção exata da nossa responsabilidade. (*Palmas.*)

Com a palavra o escritor e poeta, Guimarães Rocha.

O SR. GUIMARÃES ROCHA - De nada, às vezes, eu rio; rio feito capim que morre às margens do rio. Assim eu saúdo o grande Congresso Nacional — e o nosso Senador acaba de nos deixar. Mas os saúdo, dizendo que aprendi ética com o meu professor, que hoje é Deputado Federal. E, assim sendo, senhoras e senhores, quero fazer uma homenagem singela à única mulher que compõe a Mesa, a Deputada Caseiro, que está a nos ouvir atentamente.

Sonho com um amor de madrugada. Que me beija, que me afaga e que me quer e seja em tudo autêntica mulher, um misto de menina, de anjo e fada.

Mas, meus senhores, eu não me esqueci do principal objetivo que é dizer-vos que o limite financeiro para a campanha... Tem que ser público o dinheiro, assim



como aquele que está orçado para a cultura — limitadíssimo! E, na prestação de contas, deve ser exigido que não pode haver empresas patrocinando umas e outras campanhas.

Sou a favor, e até penso que meu Mato Grosso do Sul está contempladíssimo aqui pela pluralidade cultural da Mesa, que nos honra e que nos ouve. Parabéns, Srs. Deputados! Mas o povo clama e não aguenta mais esse tanto de dinheiro que se gasta para uma campanha. Sem citar nomes, uma senhora foi eleita e gastou na sua campanha 30 vezes mais do que ela ganharia durante os 4 anos como Vereadora. Ora, meus Srs. Deputados, como é que ela vai repor esse dinheiro? Eu não aprendi ainda esse mistério. Mas o povo quer saber das cobranças que a reforma política poderá fazer. Limitem-se ao principal, o dinheiro público. E responsável!

Boa noite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Olha, está inscrito ainda o Ivaldo... Quem é Ivaldo? *(Pausa.)*

Pode subir. Tem o Ivonei e a Tereza. Encerra-se com ela.

Há um gesto dos Deputados aqui do Mato Grosso do Sul, do Reinaldo, do Azambuja, Geraldo Resende, Edson Giroto, Antonio Carlos Biffi; eles estão declinando para que vocês possam falar. Mas eles delegam o Deputado Fabinho, o Fabio Trad, para falar em nome deles. Depois, a nossa Presidente, a Carla, vai encerrar.

Eu tenho ainda três inscrições. Com a palavra o Ivaldo.

O SR. IVALDO LOPES - Em nome do Deputado Federal Fabio Trad, eu saúdo todas as autoridades e também o Plenário.

Com relação à questão do voto em lista, pelo que eu entendi há uma forte corrente, por parte dos nossos representantes no Congresso, para que se confirme isso. Mas para nós há uma grande preocupação com relação ao voto em lista. Quando foi explicada a forma de se definirem os eleitos, falou-se em democracia do partido, o que, na verdade, eu chamaria de coronelismo. Nas eleições de 2008 — eu sou suplente; fui Vereador, e hoje sou suplente de Vereador em Coxim —, eu vi os caciques do partido dizendo: *“Não vamos ajudar fulano, não vamos ajudar sicrano, porque não é do nosso interesse que eles ganhem as eleições”*. Imaginem os



senhores, em se definindo esse voto em lista, quando é que aquele que não tem peixada com o presidente do partido ou com a executiva vai chegar a algum cargo político. Eu acho que realmente seria, do meu ponto de vista, uma aberração o Congresso aprovar o voto em lista. Então, já conclamo a todos a, se isso acontecer, nós irmos às ruas. Eu não tenho dúvida de que a grande maioria daqueles que não têm dinheiro serão extremamente prejudicados com esse voto em lista.

Outro ponto, só para concluir, Excelência, diz respeito ao aumento da cota das mulheres nas eleições. Louvado seria se realmente ela chegasse a 50%. Seria ótimo! Digo isso com todo o respeito à Deputada Mara e também à nossa Presidente do PMDB, a Sra. Stephanini, ou Srta. Stephanini. Hoje há uma grande dificuldade em preencher os 30%. Não se encontram mulheres com disposição para ser candidata. Imaginem se isso for elevado para 50%!

Finalizando, eu acho, Excelência, que é preciso também que haja uma preocupação do Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, no que diz respeito a fiscalização do financiamento público de campanha, principalmente prestação de contas dos partidos. Há candidatos que gastam horrores, e que, na hora de prestar contas, dizem que gastaram 100 mil, 200 mil, enquanto, na verdade, gastaram 1 milhão, 2 milhões de reais. É preciso ter esta preocupação: de que haja uma fiscalização do Tribunal Superior Eleitoral e também dos TREs.

Um grande abraço, e muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Tem a palavra o Ivonei, que é Vereador.

O SR. IVONEI FERREIRA SANTANA - Boa noite a todos. Sou o Vereador Ivonei Ferreira Santana, do Município de Iguatemi. Na pessoa do Deputado Fabio Trad eu quero cumprimentar a todos.

Juntamente com meu amigo, o Vereador Ricardo, resumindo, Sr. Presidente, eu gostaria de saber a opinião pessoal de cada membro da Comissão sobre que proposta vai valer já para as eleições de 2012; qual delas vocês acreditam que realmente vai passar; e qual é a previsão de votação dessa reforma na Câmara e no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Eu respondo.



Não creio — e eu tenho participado de todas as audiências públicas nos Estados e na Comissão — que teremos mudanças substanciais para as eleições de 2012, porque isso provocaria uma grande insegurança jurídica. Creio que nós votaremos uma reforma política até o final do ano para as eleições de 2014. Esta é a minha opinião.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Só uma informação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Pois não, Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - A bancada do PT vai fechar posição nos próximos dias e já tirar isso da pauta de 2012. Esta é a posição do partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Perfeito.

Estão vendo? O PT falou, e essa é a posição do PMDB também. Não teremos mudanças para as eleições de 2012.

Com a palavra agora a Tereza, última inscrita. E, Tereza, a mulher está fechando a lista de inscritos, com a participação

Tereza, 1 minuto, pois as inscrições estão sendo encerradas.

A SRA. TEREZA DE JESUS LOPES PEREIRA - Cumprimento a Mesa, na pessoa do nosso Deputado Antônio Carlos Biffi, que entendeu a minha solicitação e a atendeu, indo até a Carla. Carla, parabéns pela iniciativa.

Gostaria de falar sobre a participação das mulheres na política. Temos discutido muito isso. Não é só porque as mulheres não querem, é porque este País não fez o investimento que deveria ter feito nelas. Hoje, com esta reforma política, vemos uma grande oportunidade de políticas reparadoras para a questão das mulheres, como as políticas para os negros, para as pessoas que não conseguiram ainda chegar a uma tribuna, à posição de elite política, para que possam defender as suas necessidades e os seus sonhos específicos.

Então, Carla, sugiro que esta Casa possa chamar também as mulheres, para que possamos fazer uma discussão da reforma política sob a ótica feminina. (*Palmas.*) É disto que precisamos: fazer essa discussão de forma ampla e profunda, porque nós sabemos que a base da nossa sociedade não entende sequer o que significa reforma política, quanto mais lista, distrito.



Deixo essa sugestão, para que a nossa Deputada Mara Caseiro ofereça às mulheres da sociedade esta Casa, a fim de que possamos discutir mais ainda essa questão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem.

Gostaria que o Deputado Fabio Trad, em nome de todos os Deputados de Mato Grosso do Sul, falasse em nome do Deputado Reinaldo Azambuja, mais uma vez agradecendo a presença e a participação dos Deputados Geraldo Resende, Edson Giroto e Antônio Carlos Biffi.

Tem a palavra o Deputado que foi, sem sombra de dúvida, junto com a Carla, o responsável por esta audiência pública.

O SR. DEPUTADO FABIO TRAD - Obrigado.

Sr. Presidente, eu poderia encerrar com um ponto final, dizendo que esta foi uma audiência extremamente produtiva. Ela foi conceitual, ela foi programática, ela foi substancial, ela deu perspectivas, depois de ter apontado os sintomas que configuram o diagnóstico do sistema eleitoral. Mas eu também poderia encerrar esta audiência com reticências, porque, afinal de contas, aqui se está desenvolvendo um processo que não termina em Mato Grosso do Sul, e é certo que também não terminará no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, pois o processo histórico é contado pela voz do povo, e o povo nunca para de falar, o povo nunca para de ouvir. Faz parte da democracia que o povo nunca deixe de participar.

Prefiro terminar esta audiência com um ponto de exclamação, um ponto de exclamação que vocaliza o meu sentimento de agradecimento e gratidão. Falo isso, em nome de toda a bancada de Mato Grosso do Sul, pelo desprendimento dos senhores de virem até Mato Grosso Sul, a Campo Grande, para participar de uma audiência pública, quando poderiam estar nos seus Estados prestando contas às bases. Mas preferiram vir aqui prestigiar não a mim, não o Deputado Giroto, não o Deputado Biffi, não o Deputado Reinaldo, não o Deputado Geraldo, mas o povo de Mato Grosso do Sul.

Com este ponto de exclamação, eu saúdo e felicito a todos, dizendo: que bela audiência!



Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. CARLA STEPHANINI - Quero agradecer a disposição de toda a plenária, que acompanhou os trabalhos do início até este momento. Foram 3 horas ininterruptas de debate, de exposição de ideias.

Agradeço novamente à nossa bancada federal: Deputado Edson Giroto, do PR; Deputado Antônio Carlos Biffi, do PT; Deputado Reinaldo Azambuja, do PSDB; Deputado Geraldo Resende; Deputado Fabio Trad, que incorporou a iniciativa do nosso Diretório Municipal do PMDB, e assim pudemos garantir que nesta noite ocorresse esta Conferência Estadual da Reforma Política.

Aos Deputados Federais Delegado Protógenes, Danilo Forte, Vicente Candido, Bonifácio de Andrada e Edinho Araújo, nosso Presidente da Comissão nesta noite, o agradecimento de toda a sociedade sul-mato-grossense. Menciono também o Deputado Alceu Moreira, o proponente do requerimento. Nossos agradecimentos a esses seis Parlamentares federais, que garantiram esta noite para Mato Grosso do Sul.

Finalizo dizendo que a dificuldade quanto à disposição das mulheres de se candidatarem está diretamente relacionada à desigualdade de oportunidades que elas enfrentam no processo eleitoral. Então, nós não podemos perder de vista que as condições de disputa para as mulheres nos pleitos eleitorais não guardam conformidade com a possibilidade das candidaturas masculinas. Mas nós podemos reverter isso. E esta noite é uma boa oportunidade que nós temos para começarmos a dar a contribuição, Deputada Mara Caseiro, já incorporando aqui, Deputada Mara, a sugestão da Tereza. Vamos organizar o nosso comitê suprapartidário. Que Mato Grosso do Sul tenha um comitê suprapartidário de mulheres! (*Palmas.*) E que, por intermédio da Deputada Mara Caseiro e da Deputada Dione Hashioka, promovamos o debate nesta Casa!

Encerro saudando todos os partidos políticos, por intermédio do Presidente Marcus Garcia, do PT; do Morivaldo, do PTdoB; do Carlão, do PSB; do Louzada, do PTB; da Luísa, do PPS, que esteve conosco. Enfim, muito obrigada a todos vocês, pela discussão suprapartidária! Obrigada. (*Palmas.*)



Passo-lhes agora um documento do Diretório Estadual do PMDB, com as contribuições do Congresso Estadual, e o documento da Ordem dos Advogados do Brasil com as contribuições para a reforma política.

Está encerrada esta reunião.